

## PROPOSTA

### Prestação de Contas de 2017

A fim de dar cumprimento à alínea i), do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico, elaborou a Câmara Municipal de Alter do Chão o presente conjunto de documentos de Prestação de Contas relativo ao ano 2017, que submete à Digníssima Assembleia Municipal, a fim de a mesma exercer a competência que lhe é conferida na alínea l), do n.º 2, do artigo 25º da já referida legislação.

O relatório de atividades e documentos de prestação de contas aqui apresentados, foram elaborados segundo as regras estabelecidas no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro - o diploma que aprova o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, POCAL (com as alterações introduzidas pela Lei n.º 162/99, de 14 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 84-A/2002, de 5 de abril e pela Lei n.º 60-A/2005, de 30 de dezembro) que consiste na criação de condições para a integração da contabilidade orçamental, patrimonial e de custos numa contabilidade pública moderna, constituindo um instrumento fundamental de apoio à gestão das Autarquias Locais.

Assim, Proponho ao Órgão Executivo que, nos termos da alínea i) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, submeta a apreciação e votação da Assembleia Municipal os documentos de prestação de contas e relatório de atividades de 2017, nos termos da alínea l) do n.º 2 do artigo 25º do diploma já mencionado.



# ALTERDOCHÃO

HISTÓRIA VIVA EM TERRA DE ARTE E CURIOSIDADE

Município de Alter do Chão

www.cm-alter-chao.pt

UOFFPPH

2 B

Mais, deverá constar, de forma expressa, na ata do Órgão Deliberativo que os documentos de prestação de contas, elencados no Anexo I das Instruções n.º 1/2001 - 2.ª Série, emitidas pelo Tribunal de Contas através da Resolução n.º 4/2001 - 2.ª Série, publicado no D.R. n.º 191, II Série, de 18 de agosto, se encontram integralmente elaborados e que foram presentes à correspondente reunião e que se encontram devidamente arquivados, estando disponíveis para consulta quando para tal forem solicitados.

Paços do Município de Alter do Chão, 19 de março de 2018

O Presidente da Câmara Municipal

- Francisco António Martins dos Reis -

PRESENTE À SESSÃO  
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

18/04/2018

DELIBERAÇÃO

Proceda-se à

revisão da

O PRESIDENTE

O 1.º SECRETÁRIO

O 2.º SECRETÁRIO

PRESENTE À REUNIÃO  
DA CÂMARA MUNICIPAL

18/04/18

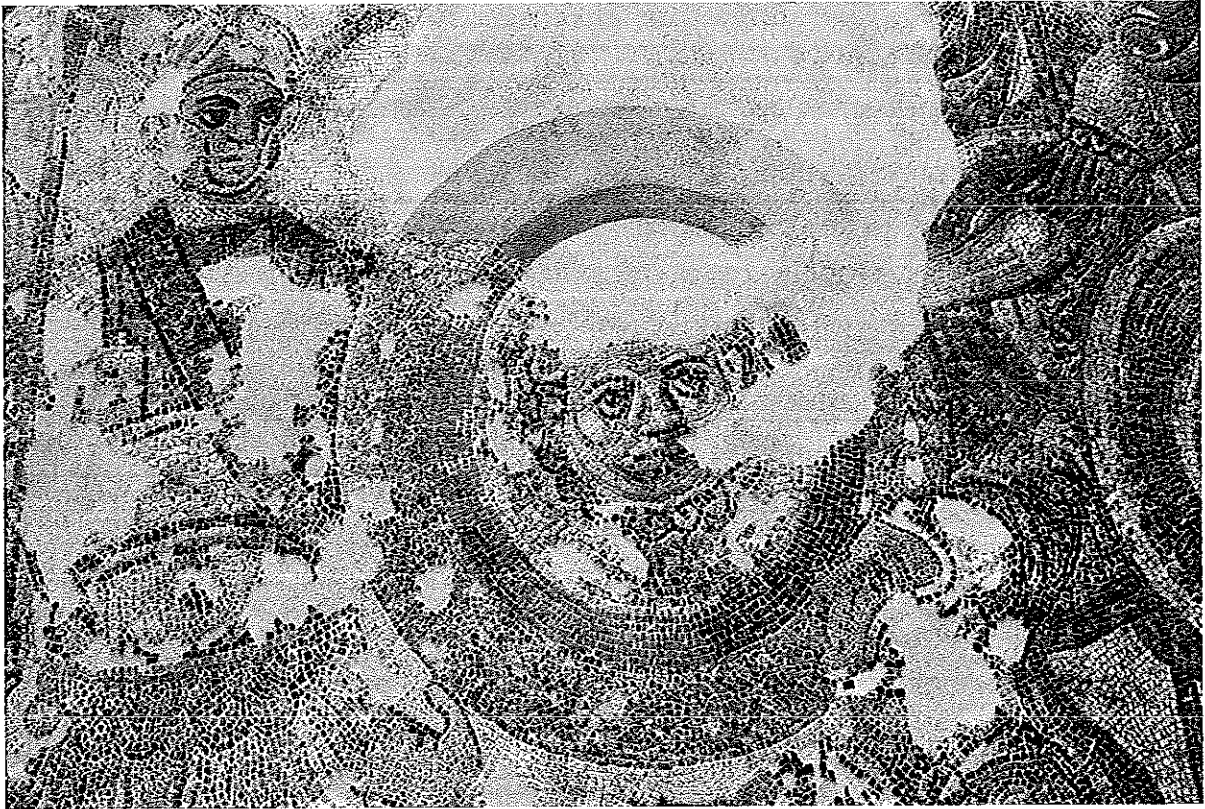
DELIBERAÇÃO

Deliberação para  
apresentar ao T.C.  
o balanço de 2017  
e o relatório de  
gestão de 2017.

A CÂMARA

*[Handwritten signature]*  
m.v.  
10/10/17  
10  
B  
*[Handwritten signature]*

# Relatório de Gestão 2017





*Handwritten initials 'AB' and a signature.*

Índice

1 – Introdução	3
2 – Breve caracterização da autarquia	4
2.1 - A estrutura orgânica	4
2.2 – A Constituição dos órgãos do município	6
3 – Recursos humanos	8
3.1 – Emprego	8
3.2 – Mobilidade	13
3.2.1 – Admissões e saídas	13
3.2.2 – Recrutamento	13
3.2.3 – Alterações de posicionamento remuneratório	14
3.2.4 – Absentismo	14
3.3 – Horas extraordinárias	16
3.4 – Evolução das receitas próprias e despesas com pessoal 2009 – 2016	17
4 – Execução das opções do plano (GOP)	20
5 – Execução orçamental	40
5.1 – Modificações ao orçamento	40
5.2 – Equilíbrio orçamental	41
5.3 – Execução orçamental da receita	42
5.4 – Execução orçamental da despesa	49
5.5 – Saldo para a gerência seguinte	58
5.6 – Indicadores de gestão	59
6 – Investimento	62
6.1 – Estrutura do investimento	62
6.2 – Evolução do investimento	64
7 – Apoios comunitários	66
8 – Empréstimos	69
9 – Dívida total	70
10 – Balanço	72
11 – Demonstração de resultados	74
12 – Contabilidade de custos	76
13 – Proposta para aplicação do resultado líquido do exercício	84

PRESENTE À SESSÃO  
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*27/04/2018*

LIBERAÇÃO

*Arrolado de Luauí-  
cidade*

O PRESIDENTE

O 1.º SECRETÁRIO      O 2.º SECRETÁRIO

PRESENTE À REUNIÃO  
DA CÂMARA MUNICIPAL

*18/04/18*  
LIBERAÇÃO

A CÂMARA





*[Handwritten signatures and initials]*

## 1 – Introdução

O Relatório de Gestão de 2017 relativo à atividade da Câmara Municipal de Alter do Chão, integra os documentos da Prestação de Contas e é apresentado de acordo com o estabelecido no Anexo I das Instruções n.º 1/2001, II Série, emitidas pelo Tribunal de Contas através da Resolução n.º 4/2001, II Série, publicada no D.R. n.º 191, de 18 de agosto, da Resolução n.º 3/2016, II Série, publicada no D.R. n.º 13, de 18 de Janeiro de 2017, e da Resolução n.º 1/2018, II Série, publicada no D.R. n.º 29, de 09 de fevereiro, por forma a executar o estabelecido no ponto 13 do POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, com as alterações entretanto introduzidas).

Tem como objetivo fundamental informar com detalhe das ações governativas da Câmara Municipal de Alter do Chão e foi elaborado de acordo com a metodologia utilizada ao longo de todo o mandato do anterior executivo (2013/2017) para manter a coerência e a comparabilidade tanto do ponto de vista das atividades desenvolvidas, como da sua repercussão económica e financeira.

O documento apresenta a sua informação dividido em sete capítulos:

Inicia-se no primeiro com uma breve caracterização da autarquia em termos de estrutura organizativa, seguida de capítulo com análise dos recursos humanos do Município: número de trabalhadores, as diferentes carreiras existentes, a antiguidade dos trabalhadores, as habilitações académicas, entre outros dados de interesse relevante.

No capítulo seguinte segue-se análise da execução das Grandes Opções do Plano, organizada no Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e nas Atividades Mais Relevantes (AMR).

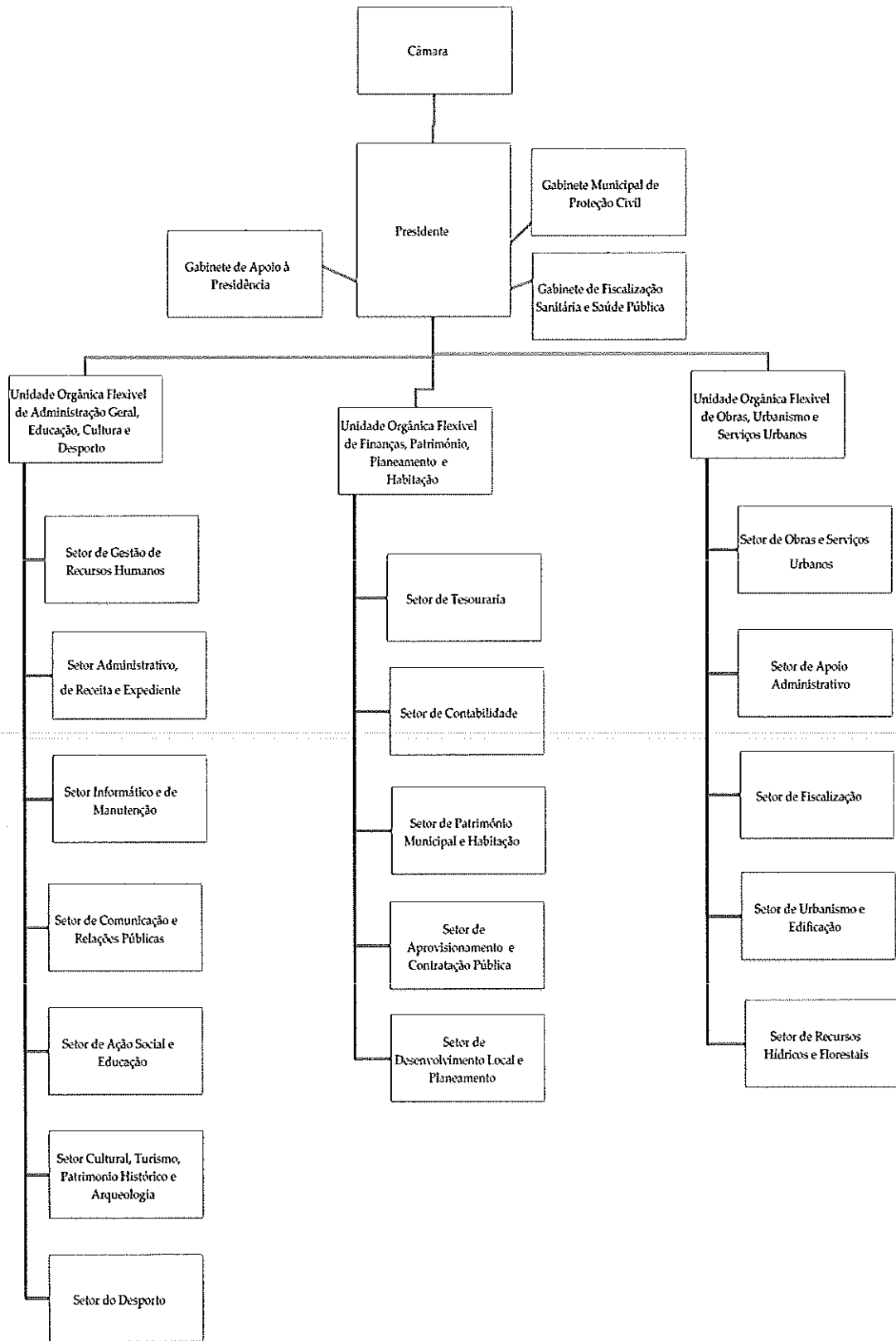
A análise da execução orçamental, a evolução do endividamento municipal e a situação económico-financeira da autarquia são o objeto do capítulo seguinte. A que se seguem os capítulos sobre Investimento, Apoios Comunitários, Empréstimos e Dívida Total.

Por último são apresentados os documentos Contabilístico/Financeiros – Balanço, Demonstração de Resultados, informação sobre a contabilidade de custos e a Proposta para aplicação do Resultado Líquido do Exercício.





*Handwritten signatures and initials:*  
1. J. R.  
M. S.  
B.  
A. R.





## 2.2 – Constituição dos Órgãos do Município

### Assembleia Municipal até 16 de outubro

Nome	Cargo
António Hemetério Airoso Cruz	Presidente Assembleia
Francisco João Velez Roxo	Membro
António João Minhós Palmeiro	Membro
João Manuel Carita Pista	Membro
José António da Silva Ferreira	Membro
Rute Sofia Acates Pires	2ª Secretária
Célia Maria Sousa da Conceição B. Silva Lopes	Membro
José Augusto Calado Mendes de Oliveira	1º Secretário
Tânia Maria Barradas Lopes Falcão	Membro
António Apolinário Antunes da Cruz	Membro
Marco António Grazina Sequeira Calado	Membro
Isabel Cristina A.A. de Moura B. de Carvalho	Membro
Pedro Gonçalo Russo Carola	Membro
Júlio Francisco Aragonez Beja Contente	Membro
Vasco José Freitas Martins da Cruz	Membro
Luís Filipe Cardoso Cané	Presidente da Junta de Freguesia de Alter do Chão
Maria Susete Belo V. Antunes	Presidente da Junta de Freguesia de Chancelaria
Francisco Gaio Pitacas	Presidente da Junta de Freguesia de Cunheira
Mário Sérgio Malheiro Mendes	Presidente da Junta de Freguesia de Seda

### Câmara Municipal até 16 de outubro

Nome	Cargo
Joviano Martins Vitorino	Presidente
Francisco António Martins dos Reis	Vereador em Regime de Não Permanência
Manuel António Poupas Carola	Vice - Presidente (Regime de Meio Tempo)
João Rafael Gorgulho Nisa	Vereador em Regime de Não Permanência
Romão Buxo Trindade	Vereador em Regime de Não Permanência



**Assembleia Municipal a partir de 16 de outubro**

Nome	Cargo
Francisco João Velez Roxo	Presidente Assembleia
Vera Cristina Batista Rodrigues Tita	Membro
João Rafael Gorgulho Nisa	1º Secretário
Natércia Maria Almeida Farinha	Membro
Célia Maria Sousa da Conceição B. Silva Lopes	Membro
António João Minhós Palmeiro	Membro
José António da Silva Ferreira	Membro
José João Calado Dominguihos	Membro
Pedro Gonçalo Russo Carola	Membro
Paulo José Morais Monteiro Bento	2º Secretário
Vasco José Freitas Martins da Cruz	Membro
Maria Júlia Antunes Falca Alves	Membro
José Augusto Calado Mendes de Oliveira	Membro
Júlio Francisco Aragonez Beja Contente	Membro
Andreia Correia Rodrigues	Membro
Francisco António Garcia Rolo	Presidente da Junta de Freguesia de Alter do Chão
Carlos Alberto Brites Narciso	Presidente da Junta de Freguesia de Chancelaria
Francisco Gaio Pitacas	Presidente da Junta de Freguesia de Cunheira
Mário Sérgio Malheiro Mendes	Presidente da Junta de Freguesia de Seda

*[Handwritten signatures and initials]*  
1. e.  
4. 5.  
B

**Câmara Municipal a partir de 16 de outubro**

Nome	Cargo
Francisco António Martins dos Reis	Presidente
Tânia Maria Barradas Lopes Falcão	Vice - Presidente
Helder José Lopes Sousa Sancho	Vereador em Regime de Permanência
Luís Filipe Cardoso Belo Cané	Vereador em Regime de Não Permanência
João Paulo Mendes Calado Tanissa	Vereador em Regime de Não Permanência



### 3 – Recursos Humanos

Neste ponto apresentam-se os dados relativos aos trabalhadores da autarquia. Dados estes trabalhados a partir do Balanço Social do município.

#### 3.1 – Emprego

A 31 de dezembro de 2017, o capital humano do município de Alter do Chão era constituído por 134 trabalhadores, sendo a sua relação estabelecida através de Comissão de Serviço (3), Contrato por Tempo Indeterminado (126) e Contrato a Termo Resolutivo Incerto (5).

Os três elementos em comissão de serviço são três técnicos superiores em cargos de dirigente intermédio de 2.º grau.

Os cinco trabalhadores contratados a termo são os sapedores florestais, cuja equipa deve ser formada por cinco elementos.

Não estão incluídos os eleitos locais (5+19), programas ocupacionais (14) ou trabalhadores ausentes há mais de 6 meses (1) e os elementos do Gabinete de Apoio à Presidência na relação jurídica.

Quadro 1 – Trabalhadores por cargo/carreira por tipo de vínculo e género

Grupo Profissional	Comissão de Serviço			CTFP por Tempo Indeterminado			CTFP a Termo Resolutivo Certo			CTFP a Termo Resolutivo Incerto			Total Efetivos	%
	M	F	T	M	F	T	M	F	T	M	F	T		
Dirigente Intermédio	2	1	3			0			0			0	3	2,2
Técnico Superior			0	5	14	19			0			0	19	14,2
Informática			0	1	1	2			0			0	2	1,5
Assistente Técnico			0	11	14	25			0			0	25	18,7
Assistente Operacional			0	64	15	79			0	5		5	84	62,7
Outros			0	1		1			0			0	1	0,7
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>82</b>	<b>44</b>	<b>126</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>5</b>	<b>0</b>	<b>5</b>	<b>134</b>	<b>100</b>

Verificamos que a carreira com maior número de trabalhadores é a de assistente operacional com 69 homens e 15 mulheres, num total de 84 trabalhadores, que representa 62,7% dos trabalhadores do município.

A seguir aparece a carreira de assistente técnico que representa 18,7% dos trabalhadores, com 11 homens e 14 mulheres.

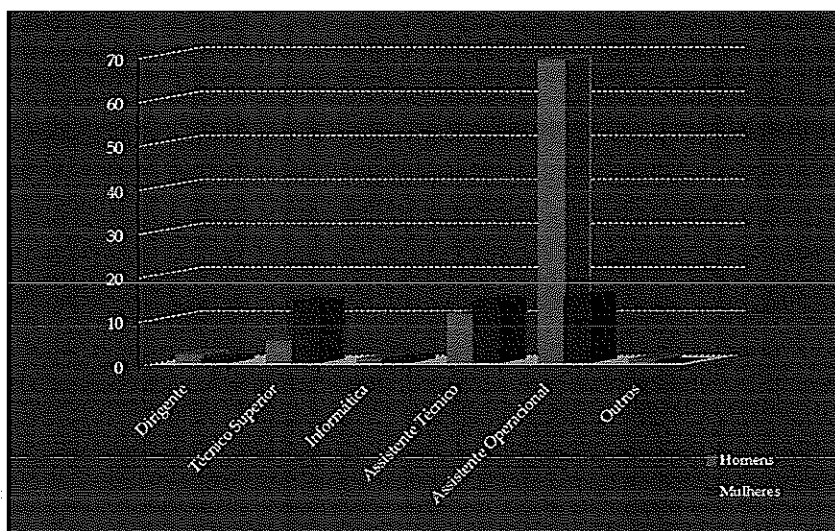


*Handwritten notes and signatures:*  
19/11/17  
H.B.  
B  
A.P.

O grupo seguinte é o dos técnicos superiores com um peso de 14,2% e 19 trabalhadores na sua maioria mulheres, 14.

O gráfico seguinte permite uma melhor visualização da distribuição dos trabalhadores pelas diferentes carreiras e também o número de homens e mulheres nessas mesmas carreiras.

Gráfico 1 – Trabalhadores por cargo/carreira

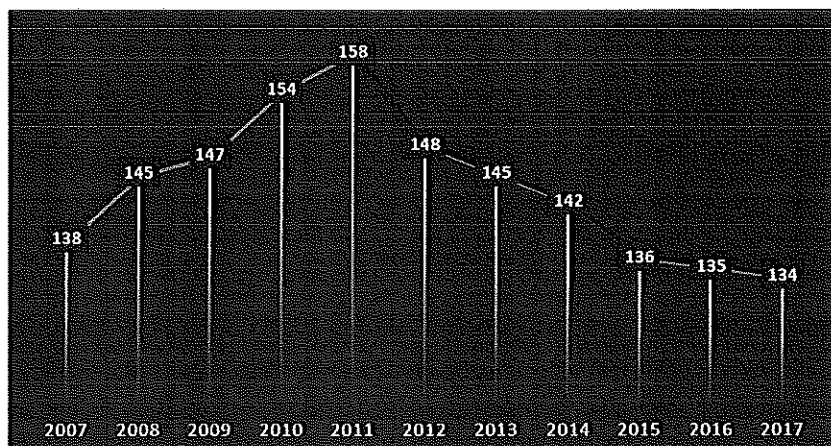


Na carreira de assistente operacional é onde se verifica a maior discrepância entre homens e mulheres, situação que se verifica desde sempre e que tem como justificação o facto de se tratar de trabalho pesado desenvolvido por pedreiros, calceteiros e manobreadores de máquinas, de entre outras profissões.

Já nas carreiras de assistente técnico e técnico superior o número de mulheres é superior ao dos homens o que se pode justificar por se tratar de trabalho mais leve em termos físicos, mais trabalho administrativo e técnico.



Gráfico 2 – Evolução do número de trabalhadores



Desde 2011 que o número de trabalhadores do município tem vindo a diminuir, seja por cessação de comissão de serviço, por reforma ou por outra qualquer situação.

Quadro 2 – Trabalhadores por cargo/carreira segundo escalão etário e género

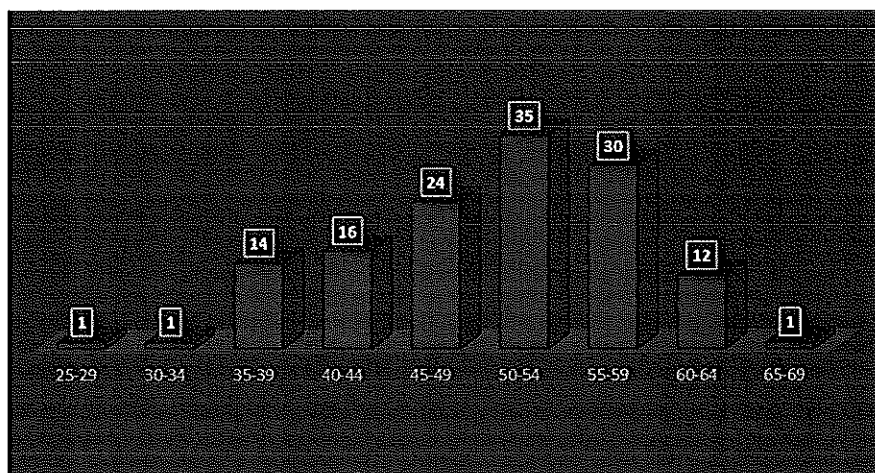
Grupo Pessoal	25-29			30-34			35-39			40-44			45-49			50-54			55-59			60-64			65-69			Total		
	M	F	T	M	F	T	M	F	T	M	F	T	M	F	T	M	F	T	M	F	T	M	F	T	M	F	T	M	F	T
Dirigente Intermédio	0		0	1		1			0	1	1	1	1		1			0			0			0	2	1	3			
Técnico Superior	0		1	1		1	4		5	3	3	3	4		7	1	1	1	1	1	2			0	5	14	19			
Infomática	0		0			0			0			0			0	1	1	1	1		1			0	1	1	2			
Assistente Técnico	0		0	1		2	3		3	3	3	3	2		5	3	4	7	4	2	6	1	1	1	11	14	25			
Assistente Operacional	1		1			0	5		5	8	2	10	9	2	11	20	5	25	14	6	20	11	11	1	69	15	84			
Outros	0		0			0			0			0			0			0	1		1			0	1	0	1			
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>8</b>	<b>6</b>	<b>14</b>	<b>8</b>	<b>8</b>	<b>16</b>	<b>15</b>	<b>9</b>	<b>24</b>	<b>24</b>	<b>11</b>	<b>35</b>	<b>21</b>	<b>9</b>	<b>30</b>	<b>11</b>	<b>1</b>	<b>12</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>89</b>	<b>45</b>	<b>134</b>

Dos 134 trabalhadores do município, 78 têm mais de 50 anos de idade. Treze trabalhadores têm mais de sessenta anos, sendo, na sua maioria, assistentes operacionais. Apenas dois trabalhadores têm menos de trinta e cinco anos. O grupo etário com maior número de trabalhadores do município de Alter do Chão é o dos 50 aos 54 anos com 35 trabalhadores.





Gráfico 3 – Trabalhadores por escalão etário



O gráfico anterior permite uma melhor visualização dos grupos etários onde se concentra a maioria dos trabalhadores do município. Dos 134 trabalhadores, 105 estão nos grupos etários dos 40 aos 59 anos.

A escada que se visualiza a partir do grupo dos 55 anos tem toda a razão de ser uma vez que se trata do aproximar da idade da reforma e os trabalhadores vão-se aposentando, sendo cada vez menos na medida em que nos aproximamos do último escalão etário.

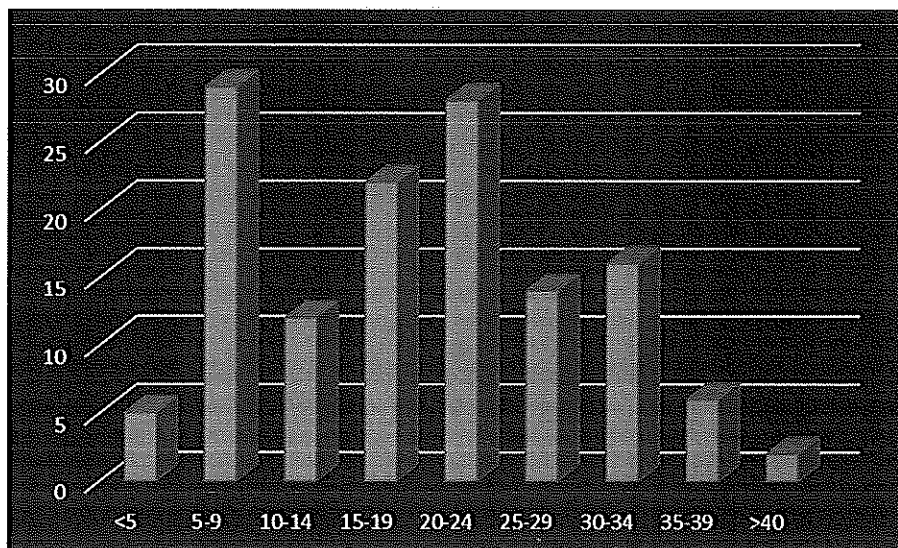
Quadro 3 – Trabalhadores por cargo/carreira segundo antiguidade e género

Grupo Profissional	<5			5-9			10-14			15-19			20-24			25-29			30-34			35-39			>40			Total			
	M	F	T	M	F	T	M	F	T	M	F	T	M	F	T	M	F	T	M	F	T	M	F	T	M	F	T	M	F	T	
Dirigente Intermédio	0			0	1		1		1	1	1	1	1		1				0			0			0	2	1	3			
Técnico Superior	0	2	9	11	1	1	2	1	1	1	1	1	2	3		1	1			0	1	1			0	5	14	19			
Informática	0			0			0			0			0			0	1	1	2			0			0	1	1	2			
Assistente Técnico	0	1	5	6	1	1	2	2	2	1	5	6	5	2	7	1	1	2		0					0	11	14	25			
Assistente Operacional	5	5	8	4	12	6	1	7	16	2	18	12	6	18	5	1	6	10	1	11	5	5	2	2	69	15	84				
Outros	0			0			0			0			0			0	1	1		0					0	1	0	1			
<b>Total</b>	<b>5</b>	<b>0</b>	<b>5</b>	<b>11</b>	<b>18</b>	<b>29</b>	<b>9</b>	<b>3</b>	<b>12</b>	<b>18</b>	<b>4</b>	<b>22</b>	<b>15</b>	<b>13</b>	<b>28</b>	<b>10</b>	<b>4</b>	<b>14</b>	<b>13</b>	<b>3</b>	<b>16</b>	<b>6</b>	<b>0</b>	<b>6</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>87</b>	<b>45</b>	<b>134</b>	

No que se refere à distribuição dos trabalhadores do município pela antiguidade, há a salientar o facto de apenas 5 trabalhadores terem menos de 5 anos de serviço. São 68 os trabalhadores (51%) que têm menos de 19 anos de antiguidade. Os trabalhadores que têm mais de 20 anos de trabalho na autarquia são 66 (49%).



Gráfico 4 – Trabalhadores segundo antiguidade



A visualização gráfica de quaisquer dados é sempre facilitada quando comparada com os dados apresentados em forma de quadro. Assim, constatamos que os escalões de antiguidade entre os 5 e 9 anos e 20 e 24 anos são os que tem maior número de trabalhadores, 29 e 28, respetivamente. Com mais de 40 anos de serviço, 2 trabalhadores.

Quadro 4 – Trabalhadores por cargo/carreira segundo o nível de escolaridade e género

Grupo Pessoal	4 anos escolaridade			6 anos escolaridade			9 anos escolaridade			11 anos escolaridade			12 anos escolaridade			Bacharelato			Licenciatura			Mestrado			Total			
	M	F	T	M	F	T	M	F	T	M	F	T	M	F	T	M	F	T	M	F	T	M	F	T	M	F	T	
Dirigente	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	1	3	0	0	0	0	2	1	3		
Técnico Superior	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	13	18	1	1	2	5	14	19			
Informática	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	2	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	2				
Assistente Técnico	0	0	0	0	0	0	2	1	3	2	2	4	7	12	19	0	0	1	1	0	0	0	11	14	25			
Assistente Operacional	1	1	2	19	2	21	32	6	38	13	5	18	1	1	2	3	1	4	0	0	0	0	69	15	84			
Outros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1			
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>19</b>	<b>2</b>	<b>21</b>	<b>32</b>	<b>6</b>	<b>38</b>	<b>15</b>	<b>6</b>	<b>21</b>	<b>4</b>	<b>1</b>	<b>5</b>	<b>11</b>	<b>14</b>	<b>25</b>	<b>0</b>	<b>7</b>	<b>15</b>	<b>22</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>89</b>	<b>45</b>	<b>134</b>

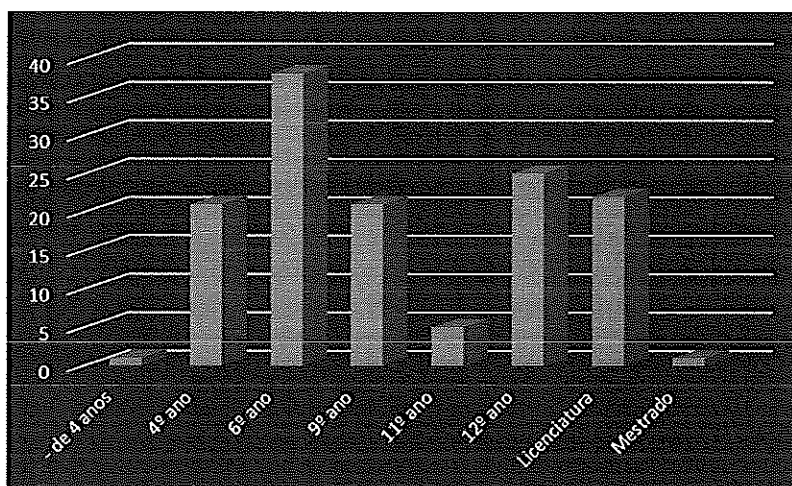
A análise dos recursos humanos do município de Alter do Chão, na perspetiva das qualificações académicas permite constatar que existem 21 trabalhadores com o 4.º ano de escolaridade, 38 com o 6.º ano, 21 com o 9.º ano e 22 dos trabalhadores são



detentores de licenciatura. A estrutura interna desta variável está diretamente relacionada com a estrutura de carreiras do município, ou seja, com a predominância relativa da carreira de assistente operacional face às restantes.

O gráfico abaixo agrupa o número de trabalhadores por nível de escolaridade.

Gráfico 5 – Trabalhadores segundo escolaridade



## 3.2 – Mobilidade

### 3.2.1 – Admissões e saídas

Durante o ano de 2017 verificaram-se três admissões de trabalhadores externos à autarquia. Dois através de procedimentos concursais - um trabalhador para a equipa de sapadores florestais e um assistente operacional (nadador salvador) e um por mobilidade – auxiliar de ação educativa colocada no centro escolar.

Em termos de saídas, são contabilizadas três no grupo dos assistentes operacionais, por aposentação.

### 3.2.2 – Recrutamento

Foram efetuados dois procedimentos concursais, um para nadador salvador e outro para técnico superior de desporto. Este último terá implicações a nível financeiro apenas



em 2018. Relativamente ao sapador florestal não foi efetuado procedimento concursal uma vez que foi possível recrutar um elemento que constava da lista do último procedimento efetuado e ainda em vigor.

### 3.2.3 – Alterações do posicionamento remuneratório

Não se registaram alterações do posicionamento remuneratório.

### 3.2.4 – Absentismo

Quadro 5 – Número de dias de faltas/ausências

Tipo de faltas/ausências	Total dias	%
Por Acidente em Serviço ou Doença Profissional	225,00	9,59
Falecimento de Familiar	44,00	1,88
Doença	1.494,00	63,68
Proteção na parentalidade	30,00	1,28
Assistência a familiares	11,00	0,47
Trabalhador Estudante	0,00	0,00
Injustificadas	1,00	0,04
Casamento	15,00	0,64
Greve	17,00	0,72
Outras	509,00	21,70
<b>Total</b>	<b>2.346,00</b>	<b>100,00</b>

No ano de 2017 o número de dias de faltas/ausências foram 2.346, mais 163,5 dias do que no ano anterior. As ausências por conta do período de férias não estão contabilizadas neste quadro por não se enquadrarem na designação de absentismo. Tal como em anos anteriores as faltas que assumem maior significado são as faltas por doença, contando-se seis trabalhadores na situação de doença prolongada (cada um deles com mais ou menos meio ano de atestado médico).

Nas faltas/ausências com a designação “Outras” incluem-se faltas por participação em mesas eleitorais, doação de sangue, consultas médicas.





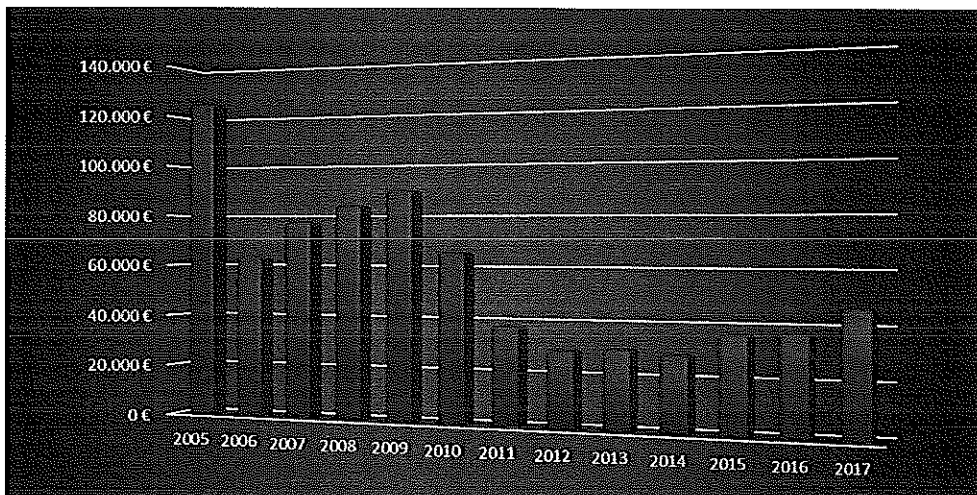
*[Handwritten signatures and initials]*

### 3.3 – Horas extraordinárias

Durante o ano de 2017 foi realizado trabalho extraordinário diurno, em dias de semana, num total de 3.094,03 horas, mais 245,92 horas do que em 2016, o que representa um aumento de 9% relativamente ao ano anterior. O número de horas em dias de descanso semanal e feriados foi de 8.577,03, aumentou 29% relativamente ao ano anterior. Do total de horas extraordinárias apenas 1.754,70 foram realizadas por mulheres, mais 914,43 do que no ano anterior. A maior parte das horas são realizadas por funcionários do Setor de Obras e Serviços Urbanos. O valor total das horas extraordinárias foi € 46.588,53.

O gráfico 8 mostra a evolução do valor gasto em horas extraordinárias desde 2005, tendo sido esse o ano cujo valor foi mais elevado, € 125.214,17. O valor diminuiu a partir de 2010 em consequência da redução do número de horas realizadas, mas também pela diminuição do valor adicional devido pelas horas extraordinárias. Esta tendência volta a ser invertida a partir de 2012, tendo aumentado 24,4% em 2017 relativamente a 2016.

Gráfico 8 – Evolução das horas extraordinárias 2005-2017 (€)



**Quadro 6 – Número de horas extraordinárias em dias de semana e dias de descanso e feriados**

Ano	dias de semana		dias de descanso	Total
	diurno	noturno		
2014	1.979,12	0,00	3.021,00	5.000,12
2015	3.029,00	0,00	3.666,00	6.695,00
2016	2.848,11	0,00	4.259,23	7.107,34
2017	3.094,03	0,00	5.483,00	8.577,03

**3.4 – Evolução das Receitas Próprias e Despesas com Pessoal no período 2009-2017****Quadro 7 – Receitas próprias e despesas com pessoal**

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Receitas Próprias	1.315.493,41	1.135.077,04	1.224.005,48	1.388.201,98	1.285.975,33	1.307.025,08	1.365.447,95	1.520.642,07	1.400.618,89
Total Despesas com Pessoal	2.580.884,21	2.581.420,62	2.707.669,52	2.423.233,12	2.620.395,50	2.645.501,77	2.556.935,11	2.523.457,31	2.544.615,37
Despesas c/ Pessoal do Quadro	1.500.064,15	1.580.025,42	1.840.872,81	1.674.252,73	1.784.711,20	1.737.622,01	1.730.415,81	1.666.788,84	1.671.471,15
Despesas c/ Pessoal Fora dos Quadros	357.805,75	343.557,08	225.771,67	171.845,62	118.827,13	86.718,50	76.158,26	72.206,04	85.975,59

As receitas que contribuem para o apuramento das Receitas Próprias são: impostos diretos, impostos indiretos, taxas, multas e outras penalidades, rendimentos de propriedade, venda de bens e serviços correntes, outras receitas correntes, venda de bens de investimento, ativos financeiros e outras receitas de capital.

O valor das receitas próprias tem variado ao longo dos anos, registando uma redução de 7,89% relativamente ao ano 2016. Esta redução ficou a dever-se ao decréscimo de valor nos rendimentos de propriedade e venda de bens de investimento. A primeira situação é justificada pelo facto de ter sido registada a cobrança da renda da EDP do quarto trimestre de 2016 ainda no mês de dezembro, o que não se verificou nos anos anteriores em que o registo contabilístico do último trimestre só é possível já no mês de janeiro do ano seguinte. Assim, em 2016 registámos cinco prestações da renda sendo que uma dizia respeito a 2015. Em 2017 foi possível registar os quatro trimestres do ano, daí que o valor seja inferior a 2016, no entanto, esta é que é a situação que se deveria verificar todos os anos. A segunda situação tem a ver com a venda da barragem do Zambujo, cujo valor cobrado em 2016 foi de € 110.500,00, correspondendo a 50% do



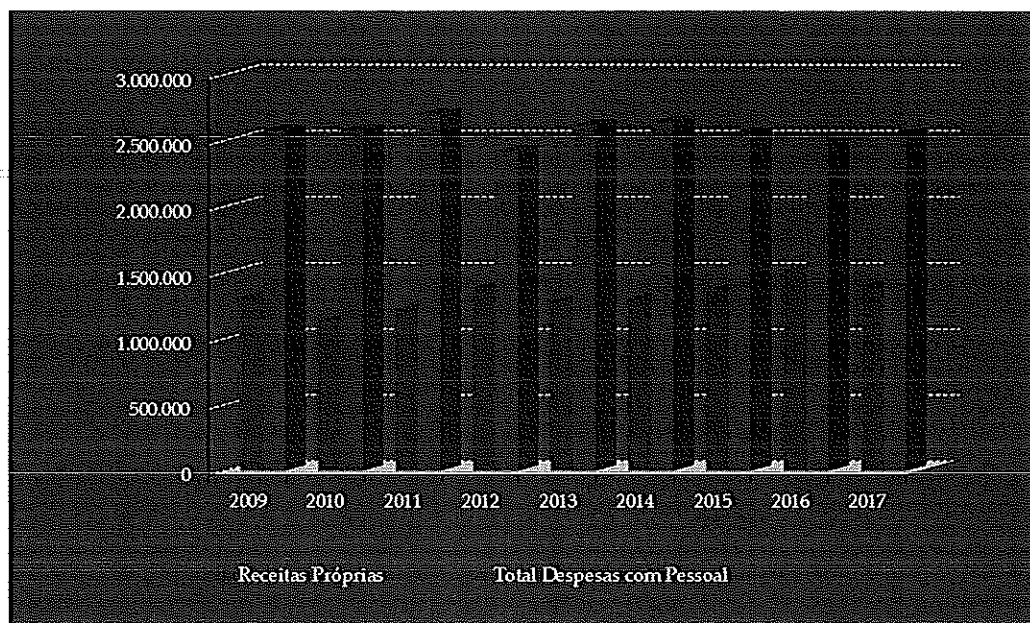


*Handwritten notes and signatures:*  
M. A. V.  
19/12  
1.e.  
+EB  
B  
Y

valor de venda, ficando os restantes 50% a ser pagos em cinco prestações anuais e, ainda, a venda de quatro casas de habitação social e três lojas. A receita da venda da barragem do Zambujo representa 63% da receita desta rubrica. Como em 2017 não se verificou qualquer venda de grande montante, o valor da rubrica regista um decréscimo acentuado.

Através do gráfico 9, facilmente verificamos que o valor das receitas próprias diminuiu relativamente a 2016 e as despesas com pessoal aumentaram, ainda que ligeiramente. O valor das receitas próprias continua a não ser suficiente para suprir as despesas com pessoal, ou seja, é necessário parte das transferências do Estado para suportar esta despesa.

Gráfico 9 – Evolução das receitas próprias e despesas com pessoal 2009-2017 (€)



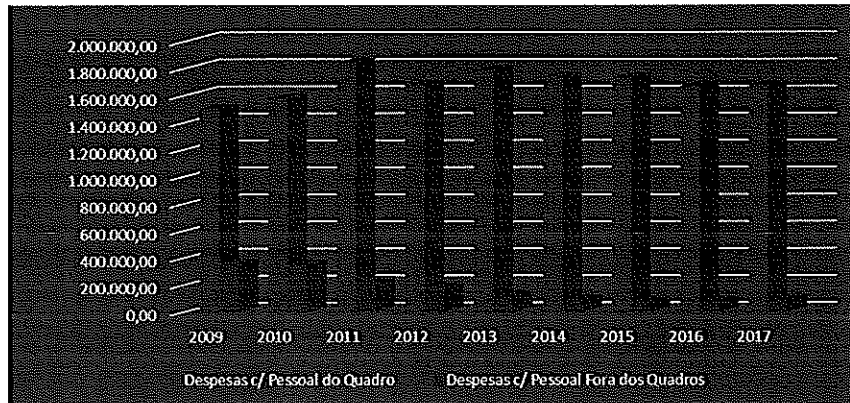
As despesas com Pessoal do Quadro registam um ligeiro aumento de 0,28% relativamente a 2016. As despesas com Pessoal Contratado registaram um aumento de 19%, com um valor de € 85.975,59, valor este, ainda assim, muito baixo relativamente a anos anteriores, nomeadamente, 2009, ano em que se atingiu o valor de € 357.805,75. O valor registado em 2017 representando apenas 3,38% do total da despesa com pessoal. O aumento do valor do Pessoal Contratado deve-se a duas situações, uma pelo facto de em 2016 a equipa de sapadores ter funcionado apenas com quatro elementos





contra os cinco de 2017, a outra situação porque em 2017 foram contratados dois prestadores de serviços para os serviços de limpeza e cinco prestadores de serviços para apoiar o ensino pré-primário e primário no centro escolar de Alter do Chão.

Gráfico 10 – Evolução das despesas com pessoal do quadro e fora do quadro



*[Handwritten signatures and notes on the right margin]*



*[Handwritten signatures and initials]*  
/c  
tes  
B  
P  
el

#### 4 – Execução das Opções do Plano

Estabelece o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) que os documentos previsionais são dois: as Grandes Opções do Plano (GOP's) e o Orçamento.

Em legislação mais recente a designação Grandes Opções do Plano altera ligeiramente para Opções do Plano, nomeadamente na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, lei que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, lei que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, pelo que parece serem aceites as duas designações.

As Grandes Opções do Plano são também constituídas por dois documentos: o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e as Atividades Mais Relevantes (AMR).

O PPI engloba todos os projetos de investimento em que se prevê pagamentos durante o ano, pelo que a execução do PPI reflete a execução financeira dos projetos, a qual deve acompanhar de perto a execução física.

As AMR's englobam todos os projetos/atividades que, não sendo investimento, se revestem de importância para a autarquia, designadamente: transferências entre autarquias locais no âmbito de protocolos de delegação de competências e acordos de colaboração, transferências para outras entidades como a Paróquia ou a Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo (CIMAA) e a realização de eventos culturais e desportivos.

De seguida analisamos as Opções do Plano através dos dois documentos em separado.

Para um melhor entendimento do enquadramento dos projetos nas diferentes funções deixamos uma breve explicação do que é o Classificador Funcional tal como é definido pelo POCAL:

**Funções gerais** – Este grupo de funções compreende as atividades de âmbito geral da administração local, abrange os órgãos da autarquia, a área administrativa e financeira, tesouraria, património e notariado e ainda os serviços de proteção civil e prevenção de incêndios.

**Funções sociais** – Esta categoria ou grupo de funções abrange os serviços que atendem à satisfação de necessidades tais como a educação, a saúde, a segurança e ação social,



a habitação, o ordenamento do território, o saneamento básico, o abastecimento de água, o tratamento de resíduos sólidos e os serviços recreativos, culturais, religiosos e cívicos.

**Funções económicas** – Compreende as despesas com a construção, manutenção e modernização de parques industriais, iluminação pública, energia elétrica, transportes e comunicações, comércio, turismo, mercados e feiras e outros assuntos ou serviços de carácter residual não suscetíveis de enquadramento na categoria ou grupo das funções económicas como sejam a informação dos direitos do consumidor.

**Outras Funções** – Respeita às relações da autarquia com as instituições financeiras e a concessão de empréstimos ou subsídios reembolsáveis. Incluem-se as transferências efetuadas para outras entidades da administração central, regional ou autárquica. Trata-se de uma rubrica de carácter residual que engloba as despesas não enquadráveis nas anteriores rubricas.

**Quadro 8 – Estrutura das Opções do Plano por Funções**

	PPI	%	AMR	%	GOP	%
Funções Gerais	0,00	0%	63.891,32	10%	63.891,32	4%
Funções Sociais	362.809,38	34%	442.228,45	71%	805.037,83	47%
Funções Económicas	274.167,66	26%	8.000,00	1%	282.167,66	17%
Outras Funções	436.043,07	41%	109.473,00	18%	545.516,07	32%
<b>Total</b>	<b>1.073.020,11</b>	<b>100%</b>	<b>623.592,77</b>	<b>100%</b>	<b>1.696.612,88</b>	<b>100%</b>

O quadro anterior mostra a execução das Opções do Plano por Função. O valor total do PPI executado foi de € 1.073.020,11, sendo que o valor mais alto foi nas “Outras Funções”, € 436.043,07 com um peso de 41% e o valor mais baixo nas “Funções Gerais”, € 0,00, representando 0%.

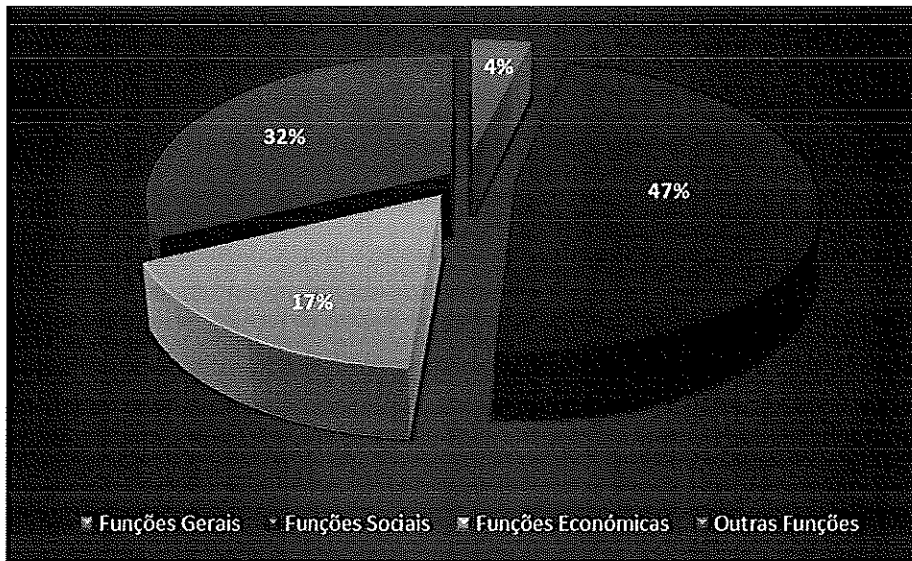
Quanto às AMR’s o valor executado foi de € 623.592,77, sendo o valor mais elevado nas “Funções Sociais” com € 442.228,45, correspondendo um peso de 71%.

Em termos totais a execução das GOP’s foi de € 1.696.612,88.



*Handwritten signatures and initials:*  
1. J. L.  
M. A. V.  
11.  
R. C.  
B.  
P.  
A.

Gráfico 11 – Estrutura das Opções do Plano por Funções





## Quadro 9 – Execução das Opções do Plano

Funções	Código	Programa	PPI	AMR	GOP	%
Funções Gerais	111	Administração Geral	0,00	22.469,31	22.469,31	1,3%
	121	Proteção civil e Luta Contra Incêndios	0,00	41.422,01	41.422,01	2,4%
Funções Sociais	210	Educação	0,00	0,00	0,00	0,0%
	211	Ensino não Superior	17.780,15	41.777,78	59.557,93	3,5%
	212	Serviços Auxiliares de Ensino	6.936,34	0,00	6.936,34	0,4%
	221	Serviços Individuais de Saúde	0,00	0,00	0,00	0,0%
	232	Ação Social	581,54	144.047,08	144.628,62	8,5%
	241	Habitação	11.386,64	0,00	11.386,64	0,7%
	242	Ordenamento do Território	50.774,40	0,00	50.774,40	3,0%
	243	Saneamento	112.876,74	0,00	112.876,74	6,7%
	244	Abastecimento de Água	33.197,23	0,00	33.197,23	2,0%
	245	Resíduos Sólidos	3.204,24	0,00	3.204,24	0,2%
	246	Proteção Meio Ambiente Conservação Natureza	11.850,80	0,00	11.850,80	0,7%
	251	Cultura	103.794,11	235.984,04	339.778,15	20,0%
	252	Desporto, Recreio e Lazer	10.427,19	10.419,55	20.846,74	1,2%
253	Outras Atividades Cívicas e Religiosas	0,00	10.000,00	10.000,00	0,6%	
Funções Económicas	310	Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça Pesca	0,00	0,00	0,00	0,0%
	320	Indústria e Energia	13.349,35	0,00	13.349,35	0,8%
	331	Transportes Rodoviários	260.618,80	0,00	260.618,80	15,4%
	341	Mercados e Feiras	199,51	0,00	199,51	0,0%
Outras Funções	342	Turismo	0,00	8.000,00	8.000,00	0,5%
	350	Outras Funções Económicas	0,00	0,00	0,00	0,0%
Outras Funções	420	Transferências entre Administrações	0,00	64.000,00	64.000,00	3,8%
	430	Diversas não Especificadas	436.043,07	45.473,00	481.516,07	28,4%
<b>Total</b>			<b>1.073.020,11</b>	<b>623.592,77</b>	<b>1.696.612,88</b>	<b>100,0%</b>

No quadro anterior observamos a execução das Opções do Plano por Função, mas agora discriminadas por Programa enquadrado nas respetivas funções.

Em seguida, revelam-se alguns dos projetos/atividades desenvolvidos durante o ano 2017.

O código apresentado à frente de cada programa a partir da página seguinte diz respeito ao número do Programa, dentro de cada Função, conforme consta do documento “Balancete das Grandes Opções do Plano” de forma a simplificar a leitura deste último.

**01 FUNÇÕES GERAIS****Administração Geral – 111**

Foi dada continuidade à execução dos projetos iniciados pela Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo –CIMAA, pela Agência Regional de Energia e Ambiente do Norte Alentejano e Tejo – AREANATEjo e pela Associação Portalegre Distrito Digital – APDD, embora, em termos de pagamentos relativos a candidaturas apenas se tenham verificado transferências para a CIMAA e AREANATEjo, conforme quadros abaixo:

**Quadro 10 – Transferências efetuadas para a CIMAA**

Projeto/Candidatura	Capital	Correntes
MACAA	1.219,92	3.225,53
Jogos Norte Alentejano 2017	0,00	2.500,00
Planos Municipais de Emergência	2.269,35	0,00
E.A. 3ª tranche	0,00	1.163,81
<b>Total</b>	<b>3.489,27</b>	<b>6.889,34</b>

**Quadro 11 – Transferências efetuadas para a AREANATEjo**

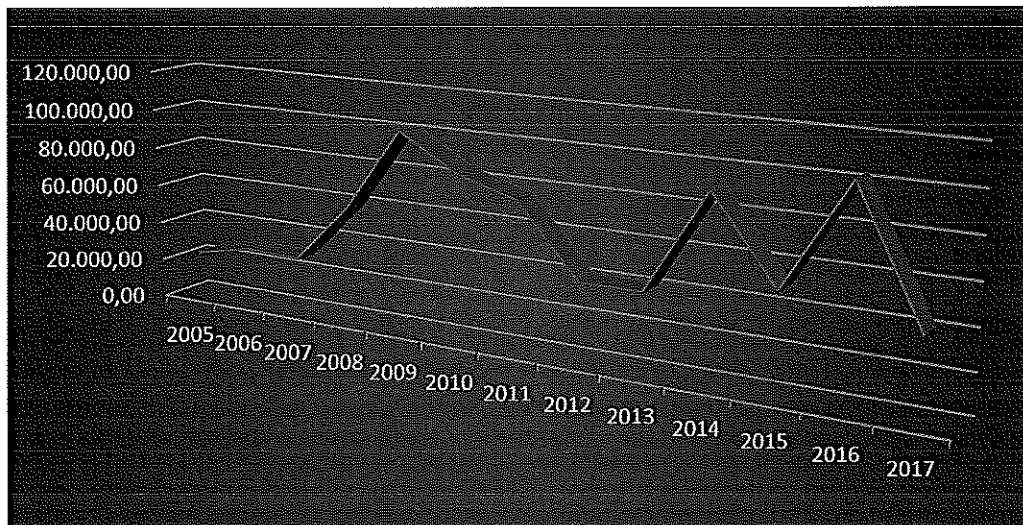
Projeto/Candidatura	Capital	Correntes
Stepping	4.545,45	2.183,60
EduFootprint	3.500,00	1.861,65
<b>Total</b>	<b>8.045,45</b>	<b>4.045,25</b>

**Proteção Civil e Luta Contra Incêndios – 121**

Para a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Alter do Chão foram transferidos € 40.000,00 respeitantes ao projeto “Linha Azul” que os bombeiros asseguram com o número municipal de emergência.



Gráfico 12 – Transferências efetuadas para a AHBVAC



O gráfico acima mostra a evolução dos montantes transferidos para a Associação Humanitária de Bombeiros.

## 02 FUNÇÕES SOCIAIS

### Ensino não superior – 211

No ano 2017 foi concedido um apoio à EPDRAC (Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Alter do Chão) no montante de € 15.237,30 que correspondeu ao custo da empreitada de beneficiação dos balneários já existentes naquele espaço.

O Programa de Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC's) visa complementar, de forma lúdica e pedagógica, o tempo extra curricular de permanência das crianças na escola, contribuindo para o seu desenvolvimento educativo.

No concelho de Alter do Chão as atividades de enriquecimento curricular são promovidas pelo município, de acordo com a legislação em vigor e, em colaboração com o Agrupamento de Escolas de Alter do Chão e a Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Alter do Chão, têm um carácter facultativo e são, no entanto, de oferta obrigatória e de frequência gratuita.

Relativamente aos anos letivos 2016/2017 e 2017/2018, e uma vez que o ensino de inglês passou a fazer parte do currículo para o 3.º e 4.º anos, substituiu-se o inglês do



1.º e 2.º anos por arqueologia, assegurado por técnicos da Câmara e deu-se continuidade às aulas de música e expressão artística asseguradas por professores do Agrupamento de Escolas de Alter do Chão, para as aulas de educação física e de equitação coube ao município contratar os técnicos para o 1º Ciclo e para o ensino pré-escolar.

O número de alunos que frequentam o 1.º Ciclo do Ensino Básico em Alter do Chão é de 93 distribuídos pelas atividades de enriquecimento curricular como se apresenta no quadro 12.

Quadro 12 – N.º de alunos por AEC

Atividades de enriquecimento curricular	N.º Alunos
Arqueologia	38
Musica	74
Atividade física e desportiva	79
Expressão plástica	48
Equitação	29
Natação	38

Para além do apoio ao nível das AEC's, o município comparticipa ainda a aquisição de manuais escolares. Em 2017, a verba gasta foi € 24.917,71 (sendo que € 1.992,80 correspondia a uma fatura de 2016 paga em 2017).

No que respeita ao pagamento das refeições escolares gastou-se uma verba de € 25.502,71, pagos ao Agrupamento de Escolas de Alter do Chão.

O número de alunos apoiados ao nível da comparticipação das refeições é de 143 no ano letivo 2017/2018.

#### Serviços Auxiliares de Ensino – 212

Neste projeto estão inscritas as ações relacionadas com o Pólo da Universidade de Évora. No ano 2017 foi efetuada a reabilitação da cobertura da ala dos quartos triplos do Pólo, no valor de € 6.936,34.





*[Handwritten signatures and initials]*  
19.  
10  
B  
B  
A

### Ação Social – 232

Dando continuidade ao projeto do Cartão do Idoso na comparticipação das despesas de saúde foram pagos € 18.448,86 no ano 2017. Em 31 de dezembro os beneficiários ativos do cartão do idoso eram 137.

Relativamente ao Apoio às IPSS's do Concelho a verba refletida nas GOP's, € 103.091,22, corresponde ao valor transferido para as quatro IPSS's do Concelho, distribuída da seguinte forma: € 22.500,00 para a Associação Centro de Apoio à Terceira Idade de St.º Estevão; € 22.500,00 para o Grupo Social da Cunheira – Lar de Nossa Senhora da Conceição; € 22.500,00 para a Comissão de Melhoramentos da Freguesia de Seda – Lar de Nossa Senhora dos Espinheiros e € 32.500,00 para a Santa Casa da Misericórdia de Alter do Chão, para comparticipação de equipamentos e infraestruturas, nos termos de deliberação n.º 039, de 20 de fevereiro de 2017; para a Santa Casa da Misericórdia de Alter do Chão foram ainda transferidos € 3.091,22 para comparticipação na substituição de equipamentos avariados, nos termos de deliberação n.º 244, do Órgão Executivo, de 18 de setembro de 2017.

Foi ainda comparticipado o projeto de ampliação da Unidade de Cuidados Continuados no valor de € 19.850,00.

Quanto ao projeto Cantina Social foram pagos € 2.657,00 à Santa Casa da Misericórdia de Alter do Chão, não tendo as restantes instituições de solidariedade social do concelho apresentado valores para comparticipar no âmbito do protocolo celebrado com o município.

### Habitação – 241

Foram gastos € 11.386,64 em beneficiação do Parque Habitacional do Município, nomeadamente nas casas de habitação social de Chança e Cunheira.





A elaboração deste instrumento permitiu dotar o município de Alter do Chão dos instrumentos necessários para uma fundamentada mobilização do financiamento FEDER (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional) e FSE (Fundo Social Europeu) destinados à regeneração urbana e inscritos no Programa Operacional Regional (POR) Alentejo 2020.

Concluído o processo de delimitação da Área de Reabilitação Urbana da vila de Alter do Chão, deu-se início à elaboração da Operação de Reabilitação Urbana (ORU), neste caso uma ORU simples que consubstancia ações de reabilitação que incidem principalmente sobre o edificado e devem, preferencialmente, ser realizadas pelos respetivos proprietários e titulares de outros direitos, ónus e encargos. Estas operações obedecem a uma estratégia de reabilitação urbana que, nomeadamente, estabelece o prazo para execução das operações, define as prioridades e especifica os seus objetivos, determina o modelo de gestão da área de reabilitação urbana, apresenta um quadro de apoios e incentivos às ações de reabilitação executadas por aqueles interessados e propõe soluções de financiamento.

Assim, foi adjudicado à firma Mundo às Riscas, Lda, por € 48.339,00, o trabalho de elaboração da Área de Reabilitação Urbana do Aglomerado de Alter Pedroso, a Operação de Reabilitação Urbana para o Aglomerado de Alter do Chão e Alter Pedroso, o Plano de Ação de Regeneração Urbana e o Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas. Foi pago em 2016 o valor de € 36.186,60 e em 2017 o valor restante, € 12.152,40,

Em fevereiro de 2016 foi submetida a candidatura do Plano de Ação de Regeneração Urbana – PARU ao Programa Operacional Regional do Alentejo, Eixo Prioritário – Ambiente e Sustentabilidade, tendo a mesma sido aprovada em junho de 2016.

O Plano de Ação Integrada para as Comunidades Desfavorecidas foi aprovado em agosto de 2017.

Englobado na elaboração de planos foi ainda pago o Projeto de Turismo Acessível para o centro da vila de Alter do Chão, € 14.391,00 e a alteração do PDM e Plano de Urbanização do Aglomerado de Alter do Chão, € 10.701,00.



Relativamente ao Plano de Pormenor da Cunheira foram pagos € 13.530,00, aguardando-se nesta data a entrega da proposta final.

### Saneamento – 243

A antiguidade das redes de saneamento e abastecimento de água, quer da vila quer das freguesias é uma das grandes preocupações ao nível local. Sendo uma preocupação partilhada por todos os municípios do Norte Alentejano, a CIMAA elaborou uma candidatura conjunta para a execução do Cadastro das Infraestruturas Existentes dos Sistemas em Baixa de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais. A candidatura foi submetida ao Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (PO SEUR), Eixo 3, Prioridade de Investimento 6.ii, Aviso POSEUR-12-2015-16. Esta candidatura foi aprovada em 09 de setembro de 2016, com um investimento total de € 1.271.044,80 para o conjunto dos municípios participantes. O investimento para Alter do Chão será de € 48.062,65 e a comparticipação do município de € 7.209,40. A CIMAA lançou um Concurso Público Internacional em 10 de janeiro de 2017, tendo sido adjudicado à firma Viamapa & Engidro por € 470.087,57. Os trabalhos estão já iniciados no município de Castelo de Vide, seguindo-se Alter do Chão, estando já agendada a primeira reunião para dia 26 de março.

No âmbito da reparação da rede de esgotos foi executada uma empreitada para o Coletor de Saneamento junto aos 4 Fogos do Antigo Lavadouro Público de Alter do Chão, a obra foi adjudicada à firma Dioana, Lda. pelo montante de € 11.991,54.

Relativamente à rede pluvial foi necessário intervir em diversos arruamentos de Alter do Chão pelo que foi adjudicada a respetiva empreitada à firma DioAna, Lda. pelo valor de € 15.746,30, no entanto, em 2017 apenas foi pago o valor de € 6.625,27, tendo transitado para 2018 os restantes € 9.121,03.

Ainda enquadrado no projeto do Saneamento decorreu a empreitada de obras públicas para a construção da ETAR compacta de Alter Pedroso. Esta obra foi adjudicada à firma Decoter, Lda. pelo valor de € 115.872,27, tendo sido pagos, em 2017, € 94.259,93, transitando para 2018 os restantes € 21.612,34. Esta empreitada foi objeto de uma candidatura ao POSEUR (Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de



Recursos) – POSEUR-03-2012-FC-000221, com um investimento elegível de € 109.313,46 (valor da empreitada sem IVA), com uma participação FEDER de € 92.916,44, da qual foi recebido o montante de € 75.585,79 em 2017.

#### Abastecimento de Água – 244

Tendo em conta que toda a estrutura da rede de água, quer em Alter do Chão, quer nas freguesias, se encontra muito envelhecida e a necessitar de urgente remodelação, e na perspetiva de candidatar a fundos comunitários a remodelação da rede, foi adjudicada à firma CTGA - Centro Tecnológico de Gestão Ambiental, Lda, a elaboração do “Projeto de Execução para Remodelação da Rede Pública de Abastecimento de Água em Baixa à Vila de Alter do Chão”, no valor de € 33.446,62. O projeto está em elaboração mas não foi paga qualquer verba em 2017.

Relativamente ao projeto de Obras de Reparação, Remodelação e Beneficiação da Rede Pública de Abastecimento foi gasto € 5.657,75 na empreitada de limpeza e pintura exterior do depósito de água de Seda adjudicada à firma Decoter, Lda.

Durante o ano de 2017 foram gastos € 7.946,55 em aquisições de material e reparações na rede de abastecimento de água, sendo que o valor mais elevado corresponde à aquisição de uma bomba para o furo Lago, na Zona Industrial.

Após conclusão do Estudo Hidrogeológico para delimitação dos perímetros de proteção das 24 captações de água subterrânea destinadas ao abastecimento público do concelho de Alter do Chão efetuado pelo LNEG – Laboratório Nacional de Energia e Geologia, I.P., em 2015, o município adjudicou a empreitada para a execução da delimitação física em todos os furos de água, pois estes constituem um recurso a uma possível falta no abastecimento efetuado pelas Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A.. Esta empreitada foi adjudicada a Manuel Marques Airoso por € 28.131,23. Os trabalhos iniciaram-se em 2016 e, nesse ano foram pagos € 8.538,30. Em 2017 concluíram-se esses mesmos trabalhos e pagou-se o valor restante, € 19.592,93.



### Resíduos Sólidos – 245

Foram pagos € 3.204,24 relativamente à locação financeira da viatura de recolha de resíduos, que correspondeu ao valor residual daquela viatura adquirida em 2012, conforme quadro seguinte:

Quadro 13 – Locação financeira camião de recolha de resíduos sólidos

Locação financeira	2012		2013		2014		2015		2016		2017		Total	
Veículo	Amortização	Juros	Amortização	Juros	Amortização	Juros	Amortização	Juros	Amortização	Juros	Amortização	Juros	Amortização	Juros
Volvo recolha de resíduos	32.465,49	4.896,27	29.208,39	3.145,13	32.999,16	5.019,56	32.669,94	3.337,49	34.744,61	1.477,80	3.204,24	79,86	165.291,83	17.956,11
<b>Total</b>	<b>37.361,76</b>		<b>32.353,52</b>		<b>38.018,72</b>		<b>36.007,43</b>		<b>36.222,41</b>		<b>3.284,10</b>		<b>183.247,94</b>	

### Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza – 246

Ao nível da beneficiação dos cemitérios do concelho foi adjudicada a empreitada para pintura de muros exteriores do cemitério de Alter do Chão a Nuno Miguel Casaquinha de Matos por € 11.850,80.

### Cultura – 251

O projeto “Festas de Verão” custou € 46.107,90, valor este distribuído pelas quatro freguesias e por despesas como contratação de artistas, aluguer de som e de tendas, sendo o maior peso da despesa efetuado na sede do concelho.

No âmbito do projeto “Beneficiação/Manutenção do Palácio do Álamo, Biblioteca, Castelo e Cineteatro” foi desenvolvido o procedimento para aquisição do equipamento de cinema digital 3D para o Cineteatro de Alter do Chão ainda em 2016, tendo sido o pagamento efetuado já em 2017. O valor do equipamento em causa foi de € 68.769,30 e foi adjudicado à firma Cenário Avançado, Equipamentos e Projetos Audiovisuais, Cinema e Mecânica de Cena, Lda.

A aquisição deste equipamento foi enquadrada numa candidatura designada “Cineteatro de Alter do Chão - Modernização e Adequação ao Cinema Digital”, efetuada ao Alentejo 2020, Prioridade 6.3, Tipologia de Intervenção – Património Natural e Cultural, cujo código é ALT20 – 08- 2114 – FEDER – 000108, com um investimento elegível de € 212.113,08 e uma participação de € 180.296,12. Nesta candidatura



*[Handwritten signatures and initials]*  
M. L. V.  
C.  
TEO  
B  
P  
E

englobam-se mais três componentes: substituição de iluminação, fornecimento e montagem de AVAC e equipamento de som e luz cénica. Foi já recebida a comparticipação FEDER no montante de € 47.523,50.

Foram ainda pagos € 33.056,90 relativamente ao projeto de alteração do cineteatro, projeto este que vai permitir a execução da obra objeto da candidatura acima mencionada.

No projeto “Eventos Diversos” foram englobadas algumas atividades como a Feira do Livro, Abril Cavalos e Toiros, Programa da TVI, Dia do Município, Dia da Criança, e outros eventos de pequena dimensão, tendo na globalidade sido paga uma verba de € 104.042,73,82.

Ainda no âmbito do programa Cultura realizou-se em julho a Ludi Abelteriensis (Festa Romana), com um custo de € 46.700,82. Este evento, juntamente com a realização da Festa Romana de 2016, a qual enquadrou no seu programa a Bienal de Arqueologia e História, constituiu a base de mais uma candidatura ao Programa Alentejo 2020, Prioridade 6.3, Tipologia de Intervenção – Património Natural e Cultural, cujo código é ALT20 - 08 - 2114 - FEDER - 000017, com um investimento elegível de € 111.632,38 e uma comparticipação de € 88.542,39, dos quais já deu entrada na autarquia € 84.119,46.

Ao nível da “Promoção e Divulgação Turística do Concelho” foi gasta uma verba de € 36.338,45 em pendões, lonas, desdobráveis, agenda cultural, divulgação em jornais e rádios da Festa Romana, sendo que o valor mais elevado respeita à publicação do livro “Alter do Chão – uma viagem de emoções num só lugar”, € 10.701,00, cuja aquisição foi efetuada à firma Ambienti D`Interni, Lda e é uma das componentes de mais uma candidatura efetuada ao Programa Alentejo 2020, Prioridade 6.3, Tipologia de Intervenção – Património Natural e Cultural, cujo código é ALT20 - 08 - 2114 - FEDER - 000134, com um investimento elegível de € 101.650,00 e uma comparticipação de € 86.402,50.

Foram adquiridos livros para a Biblioteca Municipal no valor de € 300,00. Ainda nesta rubrica, o valor de € 600,00 respeita à aquisição à editora Colibri de 50 exemplares do livro “30 contos de réis e outras histórias do meu Alentejo sempre presente” de Manuel Porfírio.



15  
Handwritten signatures and initials: J. A. K., / e, HOS, B, K, d

### Desporto – 252

No programa “Desporto, Recreio e Lazer”, o município gastou € 20.846,74, dos quais € 6.088,50 em equipamentos para o pavilhão gimnodesportivo, nomeadamente, caldeiras para aquecimento de águas adjudicado à firma HSA – Climatização Unipessoal, Lda.

Nas diversas atividades desportivas, com um valor gasto de € 3.987,91, enquadra-se a aquisição de troféus, águas, frutas e refeições para o desenvolvimento de atividades como por exemplo, Caminhadas, torneio Futebol Total, BTT na Chança, o Jogo da Malha na Cunheira, Tiro ao Alvo (Alter do Chão, Seda, Chança e Cunheira).

Foi ainda adquirido algum equipamento para a piscina coberta de Alter do Chão, nomeadamente, uma bomba e um aspirador entre outros de menor valor.

A realização da 22.ª edição do “Portugal O`Meeting 2017”, organizado pelo Grupo Desportivo 4 Caminhos assistiu a um total de 2300 atletas de 36 países durante 4 dias com etapas em Alter do Chão, Crato e Portalegre. O Município apoiou o evento em € 6.112,00.

### Outras Atividades Cívicas e Religiosas – 253

Foi apoiada a Paróquia de Nossa Senhora dos Espinheiros em € 3.500,00 para obras de manutenção da Igreja Matriz de Seda. A Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Chança submeteu uma candidatura através do fundo próprio da Direção Geral das Autarquias Locais ao programa “Equipamentos Urbanos de Utilização Coletiva – subprograma 2”, para as obras de requalificação da Ermida de São Marcos. O apoio financeiro foi de 70%, sendo que os Municípios de Alter do Chão e Ponte de Sôr apoiaram na parte não comparticipada, tendo cabido a Alter do Chão o montante de € 6.500,00.





*[Handwritten signatures and initials]*  
11  
10  
B  
*[Handwritten signature]*

### 03 FUNÇÕES ECONÓMICAS

#### Indústria e Energia – 320

Na rede pública de iluminação do concelho e na rede elétrica foram gastos € 13.349,35, nomeadamente, com a aquisição de equipamento para Alter Pedroso e na empreitada de Fornecimento e Montagem de Posto de Transformação na Herdade do Pereiro, € 6.437,98, adjudicado à firma J.C.Bartolomeu – Instalações Elétricas, Lda.

#### Transportes Rodoviários – 331

Englobou-se no projeto de “Constituição/beneficiação de arruamentos nos aglomerados do concelho”, ação 1 – Obras, duas empreitadas: Beneficiação do Arruamento Azinhaga das Feiticeiras em Alter do Chão, adjudicada por € 33.505,45 à firma Dioana, Lda, da qual se pagou o montante de € 26.782,93, em 2016, tendo transitado para 2017 apenas € 6.722,52 e Reparação de Depressões em Diversos Arruamentos Rodoviários do Concelho, adjudicada por € 31.344,96 à firma Constradas, Estradas e Construção Civil, S.A., tendo sido pago o valor total em 2017.

Foi ainda comprometida uma verba de € 124.020,00 correspondente ao valor estimado, para 2017, da empreitada de “Requalificação do Acesso Norte e Acesso Sul do Aglomerado de Chança”, o que permitiu desenvolver o procedimento concursal que levou à adjudicação da obra ainda em 2017. Esta empreitada integrou uma candidatura, com a mesma designação, ao Alentejo 2020, no âmbito do PAMUS - Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável, ALT20-07-1406-FEDER-000015, com um investimento elegível de € 334.705,71 e uma comparticipação de 85%, ou seja, € 284.499,85.

Foi desenvolvido pela CIMAA o “Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável – PAMUS”, este plano, definido ao nível de NUTS III, está ancorado na estratégia de baixo teor de carbono, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável, e, como tal, focado nas medidas dirigidas ao sistema de mobilidade com o objetivo da redução das emissões de gases com efeito de estufa, bem como da diminuição da intensidade energética. Este plano mereceu o parecer positivo por parte do IMT – Instituto da Mobilidade e de Transportes, I.P., em maio de 2016.



Ainda no mesmo projeto, mas na ação 2 – projetos, contemplou-se a execução do projeto de Execução para a Requalificação do Acesso Norte e Acesso Sul do Aglomerado de Chança, adjudicado à firma Advance Probe, Engenharia, Lda, por € 27.002,41, tendo sido pago o montante de € 24.302,17 em 2017, transitando para 2018 o valor restante, € 2.700,24;

No âmbito do projeto “Planos de mobilidade, segurança rodoviária e sinalização de atividades económicas” foi desenvolvida uma empreitada de “Colocação de paragens para transporte públicos”, a qual foi adjudicada à firma Decoter, Lda pelo montante de € 29.680,21. Esta empreitada foi também objeto de uma candidatura ao Alentejo 2020, no âmbito do PAMUS - Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável, ALT20-07-1406-FEDER-000010, com um investimento elegível de € 28.000,20 e uma comparticipação de 85%, ou seja, € 23.800,17.

No projeto “Pequenos Arranjos Paisagísticos” englobou-se a despesa efetuada com a empreitada de “Remoção e replantação de árvores, reparação de calçadas no bairro da zona sul poente em Alter do Chão”, adjudicada à firma DioAna, Lda, por € 21.898,60.

~~Enquadrado no âmbito do PAMUSAA – Plano de Ação para a Mobilidade Urbana Sustentável no Alto Alentejo foi iniciado o procedimento concursal para adjudicação da empreitada de “Requalificação da Antiga EN 369 na Entrada Sul de Alter do Chão e Construção de Rotunda no Entroncamento para Cabeço de Vide” bem como a aquisição dos terrenos envolvidos na operação.~~

Estas duas ações constituem mais uma candidatura efetuada ao programa regional do Alentejo – Alentejo 2020, Prioridade de Investimento 4.5, Tipologia de intervenção – Operações de Mobilidade Urbana selecionadas no PAMUS dos Centros Urbanos Complementares, cujo código é ALT20-07-1406-FEDER- 000002, aprovada com um investimento elegível de € 395.607,52 e uma comparticipação de €336.266,39. Estes valores foram corrigidos após a adjudicação da empreitada para € 318.476,27 e uma comparticipação de € 270.704,83. Em 2017 foi paga a verba de € 96.748,74 e recebida comparticipação no montante de € 77.960,04.

O projeto de Execução para Requalificação da Azinhaga do Moinho de Vento e Largo de Santa Catarina em Alter do Chão, adjudicado à firma Advance Probe, Engenharia, Lda,



pelo montante de € 18.345,87, foi iniciado em 2016 tendo transitado para 2017 o valor de € 12.842,10.

Relativamente a esta obra foi comprometida a verba de € 97.972,82, correspondente ao valor estimado, para 2017, da empreitada de “Requalificação da Azinhaga do Moinho de Vento e Largo de Santa Catarina”, o que permitiu desenvolver o procedimento concursal que levou à adjudicação da obra ainda em 2017. Esta empreitada integrou duas candidaturas, uma ao Alentejo 2020, com a designação “Requalificação da Azinhaga do Moinho de Vento”, no âmbito do PAMUS - Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável, ALT20-07-1406-FEDER-000014, com um investimento elegível de € 79.557,39 e uma comparticipação de 85%, ou seja, € 67.623,78. Outra, também ao Alentejo 2020, com a designação “Requalificação do Largo do Moinho de Vento e do largo de Santa Catarina, em Alter do Chão” mas enquadrada no PARU – Plano de Ação de Regeneração Urbana, ALT20-08-2316-FEDER-000042, com um investimento elegível de € 134.905,22 e uma comparticipação de 85%, ou seja, € 114.669,44. Ou seja, a empreitada é só uma mas foi separada em partes conforme o enquadramento para financiamento.

O projeto de Execução para a Requalificação do Percurso Urbano Histórico e Caminho de Santiago na Vila de Alter do Chão, adjudicado à firma Proengel, Projetos de Engenharia e Arquitetura, Lda pelo valor de € 24.600,00, foi pago na sua totalidade em 2017.

O projeto para Requalificação do Percurso Urbano Histórico e Caminho de Santiago e Espaço do antigo Lavadouro Público de Alter Pedroso, foi adjudicado à firma Matos, Fonseca & Associados, Estudos e Projetos, Lda, pelo valor de € 11.057,70, tendo sido pago em 2016, € 8.846,16 e o restante em 2017.

#### Turismo – 342

Para apoiar um evento desportivo designado Grande Prémio de Alter, realizado na Coudelaria, foi efetuada uma aquisição de serviços à Liga Portuguesa de Trote e Galope no valor de € 8.000,00. O evento foi integrado na Festa do Cavalo, de 22 a 25 de abril.



#### 04 OUTRAS FUNÇÕES

##### Transferências entre Administrações – 420

Foram transferidos € 10.000,00 para cada uma das freguesias rurais do concelho e € 22.000,00 para a Junta de Freguesia de Alter.

Os valores acima mencionados são apoios financeiros para despesas urgentes e inadiáveis, decorrentes de situações imprevistas, da instalação de infraestruturas básicas e para apoio à organização de eventos que visem a salvaguarda dos interesses próprios das populações.

Para a Junta de Freguesia de Cunheira foi ainda transferida uma verba de € 12.000,00 de acordo com o protocolo celebrado para participação das “Obras de alteração de armazém e construção de alpendre para estacionamento automóvel no Parque de Máquinas de Cunheira”, conforme deliberação n.º 100 de 17 de abril de 2017 do Órgão Executivo e Ponto 8 da sessão de 28 de abril de 2017 do Órgão Deliberativo.

Handwritten notes and initials: "12000", "920", "B", "R", "d"

##### Diversas não especificadas – 430

Aquisição de Autocarros e Viaturas é um projeto onde se reflete o pagamento, através de locação financeira, da compra do autocarro de 55 lugares adquirido pela autarquia em 2013, conforme se apresenta no quadro abaixo:

Quadro 14 – Locação financeira retroescavadora e autocarro

Locação financeira	2014		2015		2016		2017		2018		Total	
Veículo	Amortização	Juros	Amortização	Juros	Amortização	Juros	Amortização	Juros	Amortização	Juros	Amortização	Juros
Autocarro	36.423,38	9.488,80	38.478,54	7.282,46	40.964,55	4.986,30	43.040,27	2.815,80	26.482,36	816,11	185.389,10	25.389,47
Total	45.912,18		45.761,00		45.950,85		45.856,07		27.298,47		210.778,57	

Relativamente à Aquisição de Material Informático foram gastos € 6.499,05, valor em que se enquadrou a aquisição de 4 computadores e 3 computadores portáteis para os serviços administrativos.

Foram gastos € 38.966,61 na reparação de veículos do município enquadrado no projeto Aquisição e Grande Reparação de material de Transporte, sendo que os valores mais



elevados dizem respeito à Mercedes Vito 40-78-ZO, € 8.903,82, à Ford Transit 11-26-UO, 4.613,14 e um trator Viking € 5.990,00.

Gastou-se € 15.450,76 em Aquisição e Grande Reparação de Maquinaria e Equipamento, de entre este valor € 9.225,00 respeita à Mini Pá Bobcat e € 3.121,43 à bomba de combustível.

No projeto Aquisição e Grande Reparação de Maquinaria e Equipamento Administrativo gastou-se € 22.682,99. Deste, € 5.760,71 foi para aquisição de uma Ploter para a divisão de obras.

Relativamente ao projeto de “Reconversão do Edifício da Antiga Escola em “Escola de Tradições e Sabores” – Requalificação de espaço público: Largo João Namorado e Largo da Escola em Alter Pedroso”, o mesmo foi adjudicado por € 351.893,53 à firma Iceblock, Sociedade de Construções, S.A.. Em 2017 foi paga a quantia de € 294.022,01, em € 15.832,33 respeitam a trabalhos a mais, tendo transitado para 2018 apenas € 73.703,85.

Esta empreitada foi enquadrada numa candidatura no âmbito do PARU – Plano de Ação de Regeneração Urbana, efetuada ao programa regional do Alentejo – Alentejo 2020, cujo código é ALT20-08-2316-FEDER- 000012, aprovada com um investimento elegível de € 341.675,03 e uma comparticipação de € 290.423,78.

Foi recebida comparticipação no montante de € 271.359,84.

Ainda englobado nas Grandes Opções do Plano é registado o pagamento do Fundo de Apoio Municipal, € 45.473,00.

*[Handwritten signatures and initials]*  
/ C.  
TCS  
B  
P  
A



*[Handwritten signatures and initials]*

## 5 – Execução orçamental

A comparação entre o orçamento inicial, final e executado permite aferir da concretização das previsões realizadas, nomeadamente na angariação da receita estimada, visto que esta arrecadação é que condiciona a despesa.

### 5.1 – Modificações ao Orçamento

As Grandes Opções do Plano e Orçamento como documentos de natureza previsional são, em regra, durante a sua execução, objeto de ajustamentos, para ocorrer a despesas não previstas ou insuficientemente dotadas, através de alterações e revisões, sendo que o aumento global da despesa prevista dá sempre lugar a revisão do orçamento, salvo em casos excecionais previstos na lei, conforme pontos 8.3.1.2. e 8.3.1.3. do POCAL.

O orçamento inicial foi de € 9.185.226,00, tendo sido aprovadas duas revisões pela Assembleia Municipal. Registaram-se doze alterações orçamentais durante o ano de 2017 que introduziram modificações nas despesas e receitas, tendo como objetivo ajustar as previsões orçamentais que fixaram o orçamento final em € 7.654.589,65.

Quadro 15 – Resumo das Modificações ao Orçamento

Receita			Despesa		
Designação	Dotações Iniciais	Dotações Corrigidas	Designação	Dotações Iniciais	Dotações Corrigidas
Impostos diretos	432.805,00	343.175,00	Despesas com pessoal	2.680.900,00	2.707.300,00
Impostos indiretos	8.400,00	6.400,00	Aquisição de bens e serviços	2.207.950,00	2.249.320,00
Taxas, multas outras penalidades	27.800,00	27.800,00	Juros e outros encargos	20.000,00	14.000,00
Rendimentos de propriedade	208.750,00	203.510,00	Transferências correntes	194.000,00	282.710,00
Transferências correntes	3.914.953,00	3.880.983,00	Subsídios	50.000,00	51.000,00
Venda de bens e serviços correntes	826.200,00	737.700,00	Outras despesas correntes	111.000,00	138.035,65
Outras receitas correntes	2.900,00	2.900,00			
<b>Total Receitas Correntes</b>	<b>5.421.808,00</b>	<b>5.202.468,00</b>	<b>Total Despesas Correntes</b>	<b>5.263.850,00</b>	<b>5.442.365,65</b>
Venda de bens de investimento	478.900,00	478.900,00	Aquisição de bens de capital	3.325.276,00	1.785.855,00
Transferências de capital	3.273.918,00	1.351.261,00	Transferências de capital	400.600,00	230.869,00
Ativos financeiros	500,00	500,00	Ativos financeiros	45.500,00	45.500,00
Outras receitas de capital	100,00	100,00	Passivos financeiros	150.000,00	150.000,00
Reposições não abatidas pagamen.	10.000,00	10.000,00	Outras despesas de capital	0,00	0,00
Saldo da gerência anterior	0,00	611.360,65			
<b>Total Receitas de Capital</b>	<b>3.763.418,00</b>	<b>2.452.121,65</b>	<b>Total Despesas de Capital</b>	<b>3.921.376,00</b>	<b>2.212.224,00</b>
<b>Total</b>	<b>9.185.226,00</b>	<b>7.654.589,65</b>	<b>Total</b>	<b>9.185.226,00</b>	<b>7.654.589,65</b>



*[Handwritten signatures and initials]*  
10.  
115  
B  
P  
d

## 5.2 – Equilíbrio orçamental

O POCAL estabelece no ponto 3.1.1. o Princípio do Equilíbrio – “ o orçamento prevê os recursos necessários para cobrir todas as despesas, e as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes.”

No entanto, a 1 de janeiro de 2014 entrou em vigor a Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, que estipula no n.º 2 do artigo 40.º que a “receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos.”

Diz o n.º 3 do mesmo artigo que “O resultado verificado pelo apuramento do saldo corrente deduzido das amortizações pode registar, em determinado ano, um valor negativo inferior a 5% das receitas correntes totais, o qual é, obrigatoriamente, compensado no exercício seguinte.”

Ainda o n.º 4 estipula que “Para efeitos do disposto no n.º 2, consideram-se amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos o montante correspondente à divisão do capital contraído pelo número de anos do contrato, independentemente do seu pagamento efetivo.”

Deve ainda ser tida em conta a norma transitória constante do artigo 83.º que diz que “ Para efeitos do disposto no n.º 4 do artigo 40.º, no caso de empréstimos já existentes quando da entrada em vigor da presente lei, consideram-se amortizações médias de empréstimos o montante correspondente à divisão do capital em dívida à data da entrada em vigor da presente lei pelo número de anos de vida útil remanescente do contrato.”

Assim sendo, apurámos o valor da amortização média de € 181.846,45, à data de 31 de dezembro de 2013, para o município de Alter do Chão, que será sempre o mesmo valor até haver contração de novos empréstimos ou amortização dos existentes.

Considerando que em 2016 foram totalmente amortizados seis empréstimos, o valor da amortização média foi recalculado obtendo-se € 146.900,88.

Refazendo então as contas continuamos a ter um saldo positivo, em termos de equilíbrio corrente, no montante de € 270.501,20:



## Quadro 16 – Equilíbrio Orçamental

	2014	2015	2016	2017
Receita Corrente	5.060.442,02	5.181.584,62	5.190.525,62	5.227.163,13
Despesa Corrente	4.855.052,67	4.760.140,15	4.968.815,13	4.809.761,05
Diferença	205.389,35	421.444,47	221.710,49	417.402,08
Amortizações Médias	181.846,45	181.846,45	181.846,45	146.900,88
Equilíbrio Orçamental	23.542,90	239.598,02	39.864,04	270.501,20

## 5.3 – Execução orçamental da receita

A Receita Total cobrada foi de € 6.898.132,67, representando uma execução do orçamento de receita de 90,12%, o que vai ao encontro do estipulado no n.º 3 do artigo 56.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, quando diz: “no caso de o município registar durante dois anos consecutivos uma taxa de execução da receita prevista no orçamento respetivo inferior a 85% são informadas as entidades referidas no n.º 1” (os membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e das autarquias locais, bem como os presidentes dos órgãos executivo e deliberativo).

O grau de execução da receita em 2016 foi de 90,59%, acima dos 85% impostos por lei. Assim, o município não se enquadra na situação descrita no artigo mencionado, cumprindo esta mesma disposição legal.

O quadro abaixo mostra a execução das receitas por natureza: as receitas correntes cobradas foram no montante de € 5.227.163,13, atingindo um grau de execução de 100,47%, as receitas de capital cobradas foram de € 1.057.113,15, correspondendo a um grau de execução de 57,74%. As outras receitas foram € 613.856,39, em que a sua quase totalidade respeita à inclusão do saldo da gerência anterior (€ 611.360,65).

## Quadro 17 – Execução das receitas por natureza e grau de execução

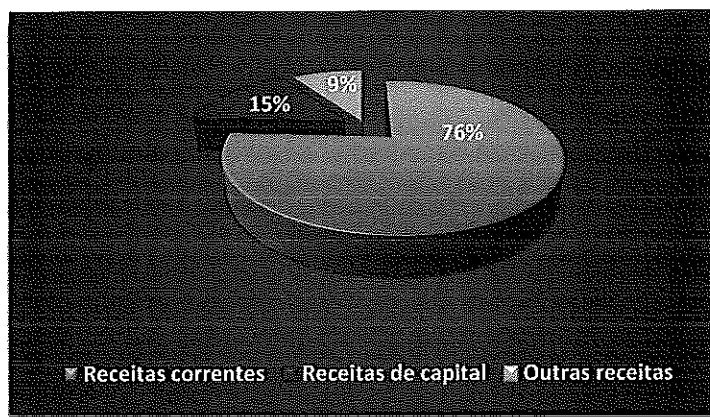
Receitas	Orçado	Executado	Diferença	Grau de Execução
Correntes	5.202.468,00 €	5.227.163,13 €	24.695,13 €	100,47%
Capital	1.830.761,00 €	1.057.113,15 €	-773.647,85 €	57,74%
Outras	621.360,65 €	613.856,39 €	-7.504,26 €	98,79%
Total	7.654.589,65 €	6.898.132,67 €	-756.456,98 €	90,12%





O gráfico abaixo mostra a distribuição das receitas por natureza económica. As receitas correntes representam 76% do total das receitas, as receitas de capital representam 15%, a parcela mais pequena é para as outras receitas que representam apenas 9% do total, sendo que neste valor se engloba o saldo da gerência anterior.

Gráfico 13 – Peso das receitas correntes e de capital na receita total



Efetuada de seguida uma análise por rubrica de receita verificamos que o maior peso da receita está nas Transferências (correntes e de capital) do Orçamento de Estado que atingem um peso de 70,80% no total da receita, facto este que não é novidade, uma vez que é apanágio dos municípios do interior, devido, essencialmente, à sua fraca capacidade em gerar receitas próprias, quer ao nível dos impostos directos, quer ainda pelo fraco tecido empresarial.

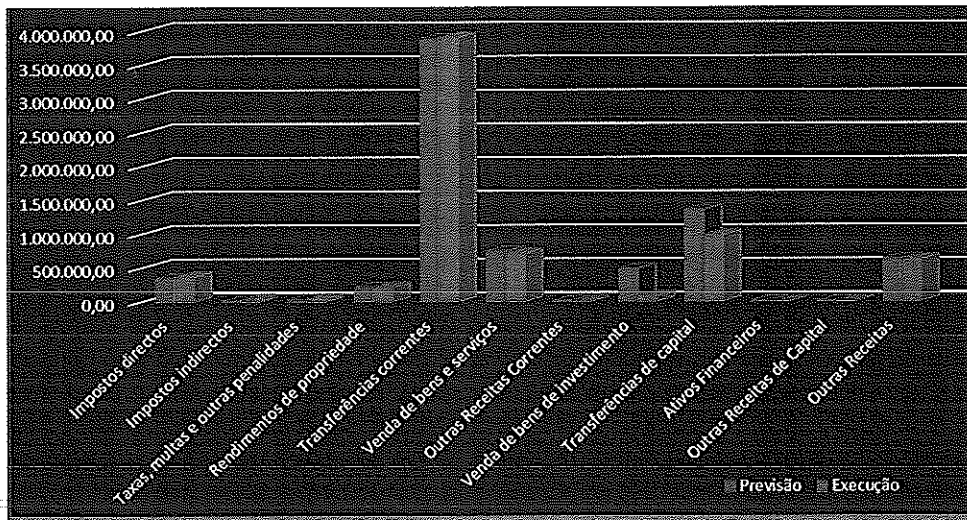
Quadro 18 – Execução das receitas correntes e de capital

	Previsão	Execução	Diferença	Grau execução %	Peso na receita total%
Impostos directos	343.175,00	364.385,98	21.210,98	106,18%	5,3%
Impostos indirectos	6.400,00	11.664,68	5.264,68	182,26%	0,2%
Taxas, multas e outras penalidades	27.800,00	33.204,29	5.404,29	119,44%	0,5%
Rendimentos de propriedade	203.510,00	205.490,87	1.980,87	100,97%	3,0%
Transferências correntes	3.880.983,00	3.903.992,09	23.009,09	100,59%	56,6%
Venda de bens e serviços	737.700,00	707.757,37	-29.942,63	95,94%	10,3%
Outras Receitas Correntes	2.900,00	667,85	-2.232,15	23,03%	0,0%
<b>Total receitas correntes</b>	<b>5.202.468,00</b>	<b>5.227.163,13</b>	<b>24.695,13</b>	<b>100,47%</b>	<b>75,8%</b>
Venda de bens de investimento	478.900,00	77.363,85	-401.536,15	16,15%	1,1%
Transferências de capital	1.351.261,00	979.665,30	-371.595,70	72,50%	14,2%
Ativos Financeiros	500,00	84,00	-416,00	16,80%	0,0%
Outras receitas de capital	100,00	0,00	-100,00	0,00%	0,0%
Outras Receitas	621.360,65	613.856,39	-7.504,26	98,79%	8,9%
<b>Total receitas de capital</b>	<b>2.452.121,65</b>	<b>1.670.969,54</b>	<b>-781.152,11</b>	<b>68,14%</b>	<b>24,2%</b>
<b>Total</b>	<b>7.654.589,65</b>	<b>6.898.132,67</b>	<b>-756.456,98</b>	<b>90,12%</b>	<b>100,0%</b>



A representação do quadro anterior em termos gráficos permite uma melhor visualização da dependência das Transferências do Orçamento de Estado (70,80%). A Venda de Bens e Serviços representa apenas 10,3% do total da receita, a seguir aparecem os impostos diretos com um peso de 5,3%. A restante receita não tem expressão, sendo que os Impostos Indiretos e as Taxas, Multas e Outras Penalidades não chegam a pesar 1% das receitas.

Gráfico 14 – Comparação de previsão e da execução da receita



Como se pode observar no gráfico, os valores de previsão de receita são muito semelhantes aos valores de execução, sendo as transferências de capital e venda de bens de investimento as rubricas onde se verificou maior discrepância de dados, visto estar prevista receita de candidaturas no âmbito do Portugal 2020 que tardou em se efetivar.

Quadro 19 – Execução das receitas por natureza – comparação com o ano anterior

Receitas	2016	2017	Variação
Correntes	5.190.525,62 €	5.227.163,13 €	0,71%
Capital	791.031,21 €	1.057.113,15 €	33,64%
Outras	381.198,50 €	613.856,39 €	61,03%
<b>Total</b>	<b>6.362.755,33 €</b>	<b>6.898.132,67 €</b>	<b>8,41%</b>



## Quadro 20 – Evolução das receitas 2013 – 2017

RECEITAS	2013	2014	%	2015	%	2016	%	2017	%
<b>Impostos diretos</b>	<b>428.307,64</b>	<b>451.714,36</b>	<b>5,46</b>	<b>358.792,42</b>	<b>-20,57</b>	<b>338.171,08</b>	<b>-5,75</b>	<b>364.385,98</b>	<b>7,75</b>
IMI	276.831,41	293.443,44	6,00	298.037,90	1,57	278.061,99	-6,70	292.433,98	5,17
IMT	84.429,18	95.783,32	13,45	0,00	-100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos s/ veículos/ IUC	62.590,42	56.249,39	-10,13	52.662,34	-6,38	53.802,28	2,16	58.208,83	8,19
Derrama	4.456,63	6.238,21	39,98	8.092,18	29,72	6.306,81	-22,06	13.743,17	117,91
Impostos abolidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos indiretos	4.183,89	8.207,55	96,17	8.879,97	8,19	7.966,93	-10,28	11.664,68	46,41
Taxas, multas e outras penalidades	19.667,38	22.257,18	13,17	28.080,62	26,16	26.909,33	-4,17	33.204,29	23,39
Rendimentos de propriedade	211.254,10	216.584,14	2,52	206.898,89	-4,47	253.456,83	22,50	205.490,87	-18,92
<b>Transferências correntes</b>	<b>2.889.216,64</b>	<b>3.779.532,57</b>	<b>30,82</b>	<b>3.869.562,87</b>	<b>2,38</b>	<b>3.844.629,27</b>	<b>-0,64</b>	<b>3.903.992,09</b>	<b>1,54</b>
FEF corrente	2.500.151,00	3.358.222,00	34,32	3.503.621,00	4,33	3.544.966,00	1,18	3.665.003,00	3,39
Fundo Social Municipal	55.102,00	55.102,00	0,00	63.271,00	14,83	63.271,00	0,00	63.271,00	0,00
Participação fixa no IRS	67.584,00	36.593,00	-45,86	52.307,00	42,94	54.255,00	3,72	46.709,00	-13,91
Outras	266.379,64	329.615,57	23,74	250.363,87	-24,04	182.137,27	-27,25	129.009,09	-29,17
Venda de bens	185.036,75	183.557,17	-0,80	212.404,53	15,72	224.454,93	5,67	264.313,78	17,76
Venda de serviços	221.376,28	233.273,79	5,37	343.027,18	47,05	349.484,17	1,88	350.894,53	0,40
Rendas	96.033,80	94.143,43	-1,97	94.233,08	0,10	96.949,93	2,88	92.549,06	-4,54
Outras receitas correntes	92.276,71	71.171,83	-22,87	59.705,06	-16,11	48.503,15	-18,76	667,85	-98,62
<b>Total das Receitas Correntes</b>	<b>4.147.353,19</b>	<b>5.060.442,02</b>	<b>22,02</b>	<b>5.181.584,62</b>	<b>2,39</b>	<b>5.190.525,62</b>	<b>0,17</b>	<b>5.227.163,13</b>	<b>0,71</b>
Venda de bens de investimento	16.860,38	25.107,63	48,91	52.838,20	110,45	174.745,72	230,72	77.363,85	-55,73
<b>Transferências de capital</b>	<b>1.579.211,12</b>	<b>784.184,62</b>	<b>-50,34</b>	<b>889.217,11</b>	<b>13,39</b>	<b>616.285,49</b>	<b>-30,69</b>	<b>979.665,30</b>	<b>58,96</b>
FEF capital	1.346.235,00	373.136,00	-72,28	389.291,00	4,33	393.885,00	1,18	407.223,00	3,39
Outras	232.976,12	411.048,62	76,43	499.926,11	21,62	222.400,49	-55,51	572.442,30	157,39
Empréstimo de curto prazo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos m/l prazo	2.016,00	1.008,00	-50,00	588,00	-41,67	0,00	-100,00	84,00	100,00
Outras receitas de capital	8.962,40	0,00	-100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total das Receitas de Capital</b>	<b>1.607.049,90</b>	<b>810.300,25</b>	<b>-49,58</b>	<b>942.643,31</b>	<b>16,33</b>	<b>791.031,21</b>	<b>-16,08</b>	<b>1.057.113,15</b>	<b>33,64</b>
Outras	109.839,08	525.617,73	378,53	188.822,10	-64,08	381.198,50	101,88	613.856,39	61,03
<b>Total Geral</b>	<b>5.864.242,17</b>	<b>6.396.360,00</b>	<b>9,07</b>	<b>6.313.050,03</b>	<b>-1,30</b>	<b>6.362.755,33</b>	<b>0,79</b>	<b>6.898.132,67</b>	<b>8,41</b>

Ao analisarmos os dados do quadro anterior concluímos que a receita total, nos últimos cinco anos, tem vindo a aumentar, tendo registado em 2015 uma ligeira redução. Verificamos que o valor das receitas correntes aumentou desde 2013, contribuindo desta forma para o aumento da receita total. Já no que respeita às receitas de capital, estas têm oscilado ao longo dos anos. O ano de 2017 regista um aumento considerável, o qual está diretamente relacionada com o facto de o atual quadro comunitário Portugal 2020, iniciado em 2014, só agora esteja a decorrer com normalidade.

Nos **impostos diretos** registamos um aumento de 7,75% relativamente a 2016. O IMI regista um aumento de 5,17% relativamente ao ano anterior, voltando assim a



aproximar-se dos valores mais elevados dos últimos cinco anos. O município volta a não obter qualquer valor de receita de IMT, sendo já o terceiro ano consecutivo sem qualquer registo de receita neste imposto. O imposto único de circulação regista um aumento de 8,19%. A derrama regista um aumento de mais de 117,91% depois de em 2016 ter registado uma quebra de 22,06%.

Os **impostos indiretos** registaram um aumento de 46% relativamente a 2016, ainda que o valor desta receita nas contas da autarquia não tenha qualquer impacto considerando que não atinge € 12.000,00. Os impostos indiretos englobam as receitas que recaem, exclusivamente, sobre o sector produtivo, incidindo sobre a produção, a venda, a compra ou a utilização de bens e serviços. Consideram-se igualmente as receitas que revistam a forma de taxas, licenças, emolumentos ou outras semelhantes pagas por unidades empresariais.

Relativamente às **taxas, multas e outras penalidades** regista-se um aumento de 23%. No grupo das "Taxas" inclui-se os pagamentos dos particulares em contrapartida da emissão de licenças e da prestação de serviços, nos termos da lei. No grupo das "Multas e outras penalidades" engloba-se as receitas provenientes da aplicação de multas pela transgressão da lei, posturas e outros regulamentos.

No que respeita aos **rendimentos de propriedade**, o valor recebido tem-se mantido mais ou menos idêntico ao longo dos anos, pouco mais de € 200.000,00. Em 2016, o valor da receita foi de € 253.456,83. Este valor representa a renda paga pela EDP pela concessão da rede de distribuição de energia elétrica em baixa tensão e da rede de iluminação pública do município de Alter do Chão. A renda é paga trimestralmente e o valor é de cerca de € 50.000,00. Em 2016, o valor do último trimestre deu entrada ainda no mês de dezembro, situação que não se verificou nos anos anteriores, ou seja, o valor de dezembro só era registado em janeiro do ano seguinte. Desta forma, em 2016, foram registados cinco trimestres de renda, os quatro de 2016 e um de 2015, pelo que, em termos de receita efetivamente cobrada o valor parece representar um aumento de 22,5%. Em 2017 registaram-se os quatro trimestres do ano, o que, quando comparado com o valor de 2016, parece ter existido uma redução.

As **transferências correntes** registaram um aumento ligeiro, 1,54% em relação ao ano anterior. Verifica-se um aumento de 3,39% do Fundo de Equilíbrio Financeiro e uma



redução de 13,91% da participação no IRS, relativamente a este último, o município aprovou a devolução de metade do valor da receita passível de arrecadação aos respetivos municípios. O valor do Fundo Social Municipal manteve-se inalterado. As Outras Receitas enquadradas nas transferências correntes registaram uma quebra de 29,17% relativamente ao ano anterior e dizem respeito, na sua maioria, à comparticipação do IEFP em contratos de emprego inserção (beneficiários do subsídio de desemprego, beneficiários do rendimento social de inserção), tendo em conta que a grande maioria dos programas agora aprovados não têm comparticipação do IEFP, esta redução tem-se vindo a verificar desde 2014.

A receita da **venda de bens** regista um aumento de 17,76% sendo que a maior receita aqui registada é a venda de água aos municípios e representa € 258.687,56 do total da receita de € 264.313,78. Salienta-se ainda que este é o valor mais alto dos últimos cinco anos, no entanto, deve ter-se em conta que em 2017 foi registado nesta rubrica o valor que, em anos anteriores, se enquadrava na rubrica de “quota de disponibilidade”, daí que, em termos reais não se regista aumento no valor total cobrado. Em 2017 foi dado continuidade ao trabalho iniciado em 2015, no sentido de se seguir novamente as orientações da ERSAR, nomeadamente a preconizada na recomendação tarifária n.º 1/2009. Recomendação esta que determina que as prestações a fixar pelos municípios relativas aos serviços de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de gestão dos resíduos urbanos garantam a cobertura dos custos direta e indiretamente suportados com a prestação desses mesmos serviços.

A rubrica **venda de serviços** regista um valor praticamente idêntico ao do ano anterior, 0,40%. O valor cobrado pelo serviço de saneamento e recolha de resíduos representou € 304.983,37 do total de € 350,894,53 cobrados nesta rubrica. Inclui-se também nesta rubrica a receita cobrada nos museus e recintos desportivos do município.

No que respeita à **receita das rendas**, quer das habitações, quer das lojas ou ainda dos recintos que se encontram concessionados, regista-se uma redução relativamente ao ano anterior, -4,54%, ainda que tenha representado uma taxa de execução em relação ao previsto em orçamento de 98,46%.

As **outras receitas correntes** registaram uma quebra de 98,62% relativamente a 2016. A quase totalidade desta receita tinha origem na chamada quota de disponibilidade



incluída na fatura da água apresentada aos munícipes, no entanto, a partir do mês novembro de 2016, este valor passou a ser cobrado pela classificação de venda de água, uma vez que se trata de uma tarifa fixa e já não a quota de disponibilidade, daí a redução desta receita nesta classificação, em contrapartida do aumento da receita de venda de água na rubrica de "venda de bens".

Na **venda de bens de investimento** verificou-se um decréscimo de 55,73% relativamente a 2016, ano que tinha registado um valor de € 174.745,72. Este valor reflete a venda de habitações e lojas e ainda a venda da barragem do Zambujo. A barragem foi vendida por € 221.000,00, mas apenas 50% do valor foi pago em 2016, a restante verba será paga em cinco prestações anuais. Ainda que se retire o valor da venda da barragem, o valor desta rubrica registou o valor mais alto dos últimos anos, € 55.263,00. Relativamente às casas, em 2017, foi vendida uma casa de habitação social no bairro do IRHU na Chança, a qual foi paga a pronto pagamento, tendo representado uma receita de € 13.100,00. Foram vendidos três lotes de terreno na Zona Sul/Poente de Alter, um com o artigo 2988, por € 1.784,25, outro com o artigo 2983, por € 1.946,75, um outro com o artigo 2979, por € 1.946,75.

No âmbito das **transferências de capital** registamos um aumento de 3,39% no Fundo de Equilíbrio Municipal de capital.

Nas **outras transferências de capital** verificou-se um aumento relativamente a 2016 de 157,39%. Esta receita refere-se ao cofinanciamento dos projetos apresentados no âmbito do Portugal 2020. A verba inscrita na dotação corresponde aos valores a receber à data de elaboração do orçamento e é superior ao valor recebido, uma vez que o quadro comunitário em curso – Portugal 2020 – demorou três anos para funcionar em pleno.

Nos **empréstimos de médio/longo prazo** regista-se um aumento de 100%. Refletia-se nesta rubrica o pagamento mensal referente ao empréstimo concedido no âmbito do FAME por parte do único candidato que apresentou candidatura enquadrável neste tipo de apoio. Este apoio/empréstimo ficou totalmente amortizado em 2017 após o pagamento de uma prestação que se encontrava em dívida para com o município.



#### 5.4 – Execução orçamental da despesa

A Despesa Total efetuada foi de € 6.278.446,58, representando uma execução do orçamento de despesa de 82,02%.

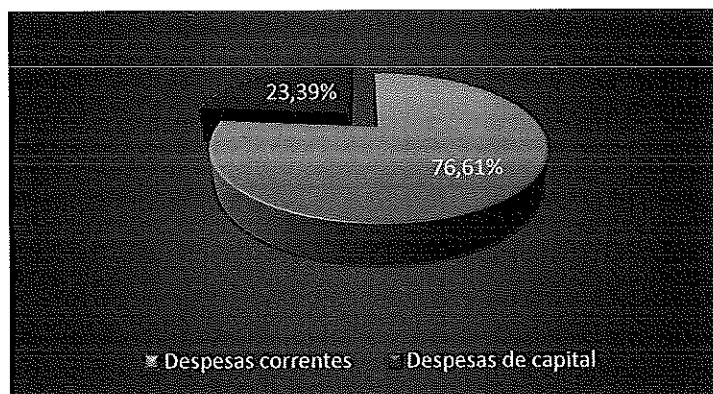
O quadro abaixo mostra a execução das despesas por natureza: as despesas correntes efetuadas foram no valor de € 4.809.761,05, representando um grau de execução de 88,38%, as despesas de capital foram de € 1.468.685,53, atingindo um grau de execução de 66,39%.

Quadro 21 – Execução das despesas por natureza e grau de execução

Despesas	Orçado	Executado	Diferença	Grau de Execução
Correntes	5.442.365,65 €	4.809.761,05 €	-632.604,60 €	88,38%
Capital	2.212.224,00 €	1.468.685,53 €	-743.538,47 €	66,39%
Total	7.654.589,65 €	6.278.446,58 €	-1.376.143,07 €	82,02%

O gráfico seguinte permite uma melhor visualização da distribuição das despesas por natureza económica. As despesas correntes representam 76,61% do total das despesas, as despesas de capital representam apenas 23,39%.

Gráfico 15 – Peso das despesas correntes e de capital na despesa total



Da análise do quadro 22 constatamos que as despesas com pessoal assumem o maior peso na despesa total, representando 40,53%. A seguir está a aquisição de bens e serviços com 29,57%, aparecendo em seguida a aquisição de bens de capital com





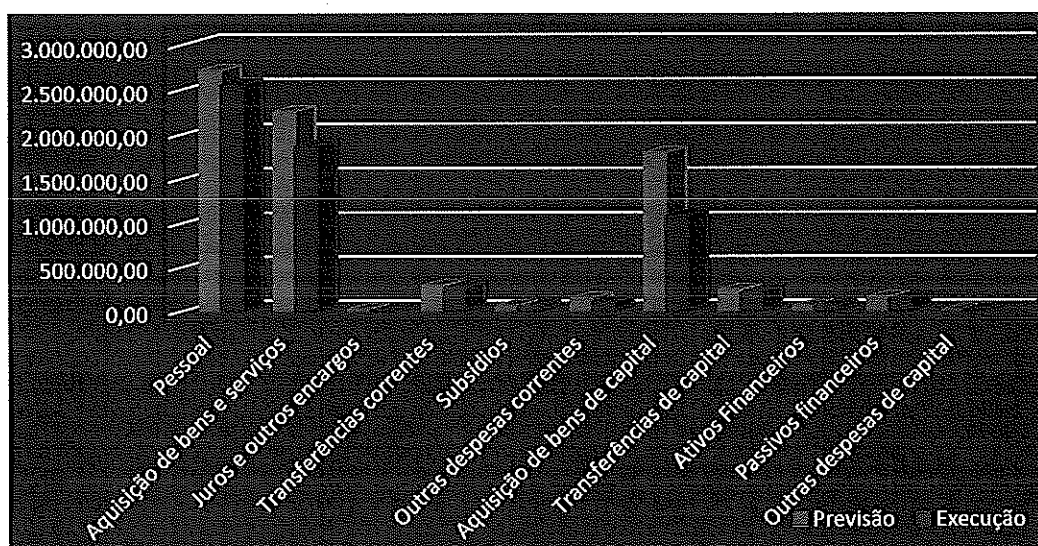
17,09%. As restantes rubricas da despesa têm pouco significado em termos de peso na despesa total, não querendo com isto dizer que em termos de valor efetivo o mesmo não represente valor a considerar.

*B* *17/11/2017*  
*1 e.*  
*RES*  
*PA*  
*al*

Quadro 22 – Execução das despesas correntes e de capital

	Previsão	Execução	Diferença	Grau execução %	Peso na despesa total%
Pessoal	2.707.300,00	2.544.615,37	-162.684,63	93,99%	40,53%
Aquisição de bens e serviços	2.249.320,00	1.856.709,71	-392.610,29	82,55%	29,57%
Juros e outros encargos	14.000,00	4.495,73	-9.504,27	32,11%	0,07%
Transferências correntes	282.710,00	263.185,18	-19.524,82	93,09%	4,19%
Subsídios	51.000,00	49.018,84	-1.981,16	96,12%	0,78%
Outras despesas correntes	138.035,65	91.736,22	-46.299,43	66,46%	1,46%
<b>Total despesas correntes</b>	<b>5.442.365,65</b>	<b>4.809.761,05</b>	<b>-632.604,60</b>	<b>88,38%</b>	<b>76,61%</b>
Aquisição de bens de capital	1.785.855,00	1.073.020,11	-712.834,89	60,08%	17,09%
Transferências de capital	230.869,00	208.475,94	-22.393,06	90,30%	3,32%
Ativos financeiros	45.500,00	45.473,00	-27,00	99,94%	0,72%
Passivos financeiros	150.000,00	141.716,48	-8.283,52	94,48%	2,26%
Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
<b>Total despesas de capital</b>	<b>2.212.224,00</b>	<b>1.468.685,53</b>	<b>-743.538,47</b>	<b>66,39%</b>	<b>23,39%</b>
<b>Total</b>	<b>7.654.589,65</b>	<b>6.278.446,58</b>	<b>-1.376.143,07</b>	<b>82,02%</b>	<b>100,00%</b>

Gráfico 16 – Comparação de previsão e da execução da despesa



Pela observação do gráfico acima confirmamos o já mencionado relativamente à componente da despesa com maior valor, Pessoal. Conseguimos ter uma maior perceção de que o valor previsto em orçamento em cada componente é muito realista uma vez que é praticamente igual ao valor executado, ficando fora desta observação a





aquisição de bens e serviços (correntes) e a aquisição de bens de capital, onde, efetivamente, a previsão ficou bastante acima do executado, € 392.610,29 e € 712.834,89, respetivamente.

**Quadro 23 – Execução das despesas por natureza – comparação com o ano anterior**

Despesas	2016	2017	Variação
Correntes	4.968.815,13 €	4.809.761,05 €	-3,20%
Capital	782.579,55 €	1.468.685,53 €	87,67%
<b>Total</b>	<b>5.751.394,68 €</b>	<b>6.278.446,58 €</b>	<b>9,16%</b>

Relativamente ao quadro anterior constatamos que a despesa corrente foi ligeiramente inferior em comparação com o ano anterior, já no que respeita à despesa de capital, regista-se um aumento de quase 90%. Este aumento está diretamente relacionado com o lançamento de várias obras, as quais estão integradas em candidaturas que foram, entretanto, aprovadas permitindo, precisamente o desenvolver de projetos que de outra forma não seria possível o município implementar.



## Quadro 24 – Evolução das despesas 2013 – 2017

DESPESAS	2013	2014	%	2015	%	2016	%	2017	%
Pessoal	2.620.395,50	2.645.501,77	0,96	2.556.935,11	-3,35	2.523.457,31	-1,31	2.544.615,37	0,84
Aquisição de Bens	345.933,65	673.072,04	94,57	685.164,35	1,80	634.045,03	-7,46	594.075,60	-6,30
Aquisição de serviços	806.741,46	969.113,04	20,13	1.049.564,13	8,30	1.207.465,21	15,04	1.262.634,11	4,57
Encargos financeiros (juros)	20.395,46	24.084,54	18,09	19.375,90	-19,55	9.178,93	-52,63	4.495,73	-51,02
Transferências correntes	241.753,25	373.122,42	54,34	278.400,89	-25,39	251.142,78	-9,79	263.185,18	4,80
Transferências p/ freguesias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transfer. p/ Instituições sem fins lucrativos	187.860,39	175.424,31	-6,62	224.184,74	27,80	207.202,48	-7,58	220.956,55	6,64
Outras	53.892,86	197.698,11	266,84	54.216,15	-72,58	43.940,30	-18,95	42.228,63	-3,90
Subsídios	78.047,16	103.878,12	33,10	70.505,84	-32,13	60.335,30	-14,43	49.018,84	-18,76
Outras despesas correntes	55.229,64	66.280,74	20,01	100.193,93	51,17	283.190,57	182,64	91.736,22	-67,61
<b>Total das despesas correntes</b>	<b>4.168.496,12</b>	<b>4.855.052,67</b>	<b>16,47</b>	<b>4.760.140,15</b>	<b>-1,95</b>	<b>4.968.815,13</b>	<b>4,38</b>	<b>4.809.761,05</b>	<b>-3,20</b>
Investimentos	708.921,71	780.754,33	10,13	786.960,79	0,79	323.620,16	-58,88	1.026.775,60	217,28
Terrenos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.866,75	100,00
Habitações	35.229,48	20.975,07	-40,46	38.922,05	85,56	167,40	-99,57	11.968,18	7049,45
Outros edifícios	251.552,99	113.274,99	-54,97	24.843,27	-78,07	18.868,58	-24,05	28.440,00	50,73
Construções diversas	236.135,09	446.957,04	89,28	545.607,45	22,07	168.600,94	-69,10	792.235,10	369,89
Material de transporte	65.588,49	59.945,37	-8,60	57.045,98	-4,84	66.964,18	17,39	38.966,61	-41,81
Maquinaria e equipamento	116.838,70	136.445,26	16,78	108.917,78	-20,17	58.768,32	-46,04	72.778,50	23,84
Outros	3.576,96	3.156,60	-11,75	11.624,26	268,25	10.250,74	-11,82	74.520,46	626,98
Locação Financeira	87.842,23	91.513,19	4,18	85.422,58	-6,66	75.709,16	-11,37	46.244,51	-38,92
Transferências de capital	341.498,01	320.507,61	-6,15	83.327,23	-74,00	164.428,79	97,33	208.475,94	26,79
Transferências p/ freguesias	80.000,00	45.000,00	-43,75	30.000,00	-33,33	30.000,00	0,00	64.000,00	113,33
Transfer. p/ Instituições sem fins lucrativos	144.191,49	264.042,14	83,12	30.512,76	-88,44	132.917,63	335,61	132.941,22	0,02
Outras	117.306,52	11.465,47	-90,23	22.814,47	98,98	1.511,16	-93,38	11.534,72	663,30
Ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	45.473,00	100,00	45.473,00	0,00	45.473,00	0,00
Passivos financeiros	169.532,53	171.445,20	1,13	173.831,68	1,39	173.348,44	-0,28	141.716,48	-18,25
Amortizações de empréstimos	169.532,53	171.445,20	1,13	173.831,68	1,39	173.348,44	-0,28	141.716,48	-18,25
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	4.346,20	100,00	0,00	-100,00	0,00	0,00
<b>Total das despesas de capital</b>	<b>1.307.794,48</b>	<b>1.364.220,33</b>	<b>4,31</b>	<b>1.179.361,48</b>	<b>-13,55</b>	<b>782.579,55</b>	<b>-33,64</b>	<b>1.468.685,53</b>	<b>87,67</b>
<b>Total Geral</b>	<b>5.476.290,60</b>	<b>6.219.273,00</b>	<b>13,57</b>	<b>5.939.501,63</b>	<b>-4,50</b>	<b>5.751.394,68</b>	<b>-3,17</b>	<b>6.278.446,58</b>	<b>9,16</b>

Ao analisarmos os dados do quadro anterior verificamos que, tal como acontece com os valores da receita, também na despesa total a evolução tem registado oscilações, verificando-se um acréscimo de 9,16% de 2016 para 2017 após dois anos de redução dos valores. 2017 regista o valor mais elevado de receita dos últimos cinco anos.

Nas despesas com pessoal registou-se um ligeiro aumento de 0,84%, que ficou a dever-se, por um lado, à entrada de dois assistentes operacionais (um nadador salvador e um sapador florestal), por outro lado, à saída de três assistentes operacionais por aposentação e ainda ao aumento da despesa, por exemplo, nas horas extraordinárias.



No que respeita à **aquisição de bens**, o valor é um pouco inferior ao de 2016, no entanto, devemos ter em conta que nesta componente da despesa é registada a compra de água em alta e, que esse valor foi, em 2017, € 283.459,80, representando 48% do total da despesa da aquisição de bens. Esta situação fica a dever-se ao facto de a partir de março de 2015 se ter começado a pagar as prestações constantes do acordo celebrado com as Águas do Norte Alentejano, S.A. (agora Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A.). Dentro da aquisição de bens a outra despesa de maior valor é a aquisição de gasóleo, € 98.283,74.

Na **aquisição de serviços**, pelo contrário regista-se um aumento de 4,57% relativamente a 2016. Nesta rubrica da despesa são registados os encargos das instalações, que dizem respeito à iluminação pública e à energia elétrica e que totalizou € 280.690,40 em 2017, são também registados os gastos com a recolha de resíduos sólidos que perfizeram o valor de € 94.586,46 (mais 22% do que no ano 2016 devido ao aumento da tarifa cobrada pela VALNOR) e o pagamento pelo serviço de saneamento no montante de € 187.763,06. Estes três valores representam 45% do total gasto em aquisição de serviços.

Também a rubrica de “Conservação de bens” regista um dos valores mais elevados da Aquisição de Serviços, € 107.939,08, que corresponde a conservação de maquinaria e veículos.

Ainda enquadrado na aquisição de serviços, a outra rubrica de maior valor foi “Outros trabalhos especializados” com um gasto de € 217.111,72. Estão aqui em causa, entre outras, as atuações musicais dos eventos desenvolvidos pela autarquia, a prestação de serviços na área da engenharia eletrotécnica, o professor de educação física, a atuação da firma Vivarte no festival romano.

Na rubrica **encargos financeiros** registámos o valor mais baixo dos últimos cinco anos, € 4.495,73, que representa uma redução de 51,02% relativamente a 2016, ano que já tinha registado uma redução de 52,63%. A verba respeitante a empréstimos de médio e longo prazos foi apenas de € 1.600,07, o que pode ser explicado por duas razões, uma, a descida da taxa de juro dos empréstimos e outra, o facto de seis dos catorze empréstimos do município ficarem totalmente amortizados em 2016, pelo que, o valor em dívida era já muito reduzido, bem como os juros que lhe estavam associados. Foram pagos € 2.895,66 de juros relativos aos equipamentos adquiridos através de locação financeira já mencionados.



A verba transferida para **instituições sem fins lucrativos** aumentou 6,64% relativamente ao ano anterior. Do valor total, 31% corresponde aos pagamentos efetuados à ADI-TC, parte no âmbito dos protocolos do Alter +, Educar + e Apoiar +, programas estes que tiveram o seu término em janeiro de 2017 e outra parte relativa ao Protocolo Projeto de Inserção. Engloba-se aqui também o valor transferido para a Associação Humanitária de Bombeiros de Alter do Chão no âmbito do protocolo da Linha Azul, no montante de € 40.000,00. O quadro seguinte mostra quais as verbas transferidas para cada instituição.

**Quadro 25 – Verba transferida por cada Instituição**

Designação	Valor
Associação de Desenvolvimento Integrado Terras do Condestável	67.036,83
Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Alter do Chão	40.000,00
Banda Municipal Alterense	25.500,00
Associação Desportiva de Alter	17.000,00
Grupo Alterense de Cultura	6.000,00
Coral Polifónico de Alter	6.000,00
Rancho Folclórico "As Ceifeiras" de Alter do Chão	11.450,00
Grupo de Forcados Amadores de Alter do Chão	9.000,00
Alter Real BTT	4.000,00
Universidade Sénior	5.000,00
Associação Amigos da Revista e do Fado	6.000,00
Associação de Trabalhadores da Câmara Municipal de Alter do Chão	2.969,72
Associação do Cão da Serra de Aires	2.000,00
Tertúlia Troféu - Associação Cultural	7.500,00
Associação Percurso Futuro	2.500,00
Confraria do Senhor Jesus do Outeiro	750,00
Grupo de Humanização do Hospital Dr. José Maria Grande	150,00
Grupo Recreativo e Olímpico da Cunheira	2.500,00
APAV - Associação Portuguesa de Apoio à Vítima	2.000,00
Associação Celebrar	100,00
Alter Runners - Associação	2.500,00
Cercí Portalegre, C.R.L.	1.000,00
<b>Total</b>	<b>220.956,55</b>

Nas **outras transferências correntes**, com um total de despesa de € 42.228,63, representa uma redução de 3,90% em relação ao ano anterior, encontramos aqui registados os valores pagos aos estudantes universitários que se candidataram a bolsa



de estudo no ano letivo 2016/2017, no montante de € 20.259,25 e ainda, € 9.524,70 relativo ao ano letivo 2017/2018. Estão registados os valores pagos no âmbito dos auxílios económicos aos alunos do 1.º ciclo do ensino básico, no montante de € 1.510,09. Por último, o restante valor, € 10.934,19, diz respeito à comparticipação do Município em várias candidaturas promovidas pela CIMAA, como por exemplo os Jogos do Norte Alentejano, quota do município na renovação do Licenciamento Microsoft (licenciamento das plataformas comuns), a candidatura MACAA – Modernização Administrativa e Capacitação do Alto Alentejo, conforme quadro 10 da página 21.

Na rubrica denominada **subsídios** são registadas dois tipos de despesas: a que corresponde ao apoio às despesas de saúde dos idosos e o subsídio pago no âmbito dos programas de emprego e inserção do IEFP. Assim, a redução de 18,76% registada ficou a dever-se à redução do número de indivíduos a trabalhar na autarquia ao abrigo daqueles programas, tendo sido pago o valor de € 30.617,73, contra os € 45.808,91 de 2016 e os € 56.181,89 de 2015.

As **outras despesas correntes** registaram uma redução de 67,61%. São aqui registadas despesas como o IVA, € 5.334,73, o qual registou uma redução em relação a 2016 de 19%, os serviços bancários, € 10.188,35, que registaram um aumento de 30% relativamente ao ano anterior, quotizações no montante de € 32.753,17, os juros relativos ao pagamento do acordo com as Águas do Norte Alentejano, S.A. (atualmente Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A.), € 12.353,78. O restante valor respeita a custas judiciais, certificados energéticos, taxas de registos na Conservatória de registo predial.

O valor registado em **terrenos** não é mais do que a aquisição de pequenas parcelas de terreno para a requalificação da antiga E.N. 369 entroncamento para Cabeço de Vide, € 7.866,75

Ao nível da despesa em **habitações** registou-se um aumento de 7049%, no entanto, o valor em causa é apenas de € 11.968,18. Este valor respeita a obras em habitações.

Em **outros edifícios** registou-se um aumento da despesa em 50,73%. A verba maior incluída nesta despesa é referente às obras de adaptação a balneário para uso da EPDRAC nas instalações da Coudelaria, € 15.237,30, outra obra aqui incluída foi a substituição da cobertura do bar do recinto de festas de Cunheira € 10.659,85.



B  
11  
105  
*[Handwritten signatures]*

A rubrica **construções diversas** regista um aumento de 369,89%, apresentando o valor mais elevado dos últimos cinco anos, € 792.235,10. Deste valor € 294.022,01 respeita à obra de Reconversão do Edifício da Antiga Escola de Alter Pedroso e Largo J. Lopes Namorado e Largo das Escolas em Alter Pedroso, € 123.940,14 à obra de construção da ETAR compacta de Alter Pedroso, € 88.881,99 à obra de Requalificação da antiga E.N. 369 na entrada sul de Alter do Chão e Construção de Rotunda no Entroncamento para Cabeço de Vide. A restante verba foi gasta em aquisição de serviços para elaboração de projetos como o da Requalificação da Azinhaga do Moinho de Vento e Largo de Santa Catarina, o da Requalificação do Aceso Norte e Sul de Chança, o de Alteração do Cineteatro, o da elaboração do PARU, PAICD, ARU de Alter Pedroso e ORU de Alter do Chão e de Alter Pedroso, o da alteração do PDM e Plano de Urbanização do Aglomerado de Alter do Chão.

**Material de transporte** é a rubrica de investimento que regista uma diminuição relativamente ao ano anterior, 41%. A verba reporta-se à manutenção de veículos. Os três valores mais elevados incluídos nesta despesa dizem respeito à Mercedes Vito 40-78-ZO, € 8.903,82, à Ford Transit 11-26-UO, € 4.613,14 e um trator Viking € 5.990,00.

Na classificação de **maquinaria e equipamento** registou-se um aumento de 23,84%. Inclui-se aqui despesa em material informático que no ano 2017 atingiu € 6.499,05, equipamento administrativo € 22.682,99 (aquisição de impressora, ploter e mobiliário diverso) e equipamento básico € 42.658,18 (aquisição de máquina mini-pá Bobcat, aquisição de termoacumulador/caldeira para o pavilhão, bomba de combustível para o parque de máquinas, misturadora termostática para o Pólo, bomba para o motor da piscina de Alter e motor para estação elevatória de água de Alter).

Na rubrica denominada **outros investimentos** registou-se um aumento considerável de 626,98%. A despesa com maior valor nesta rubrica foi o equipamento de cinema 3D € 38.769,30.

Na **locação financeira** o valor é inferior ao de 2016 em 38,92%, corresponde ao pagamento do autocarro € 46.244,51.

No que respeita às **transferências para as freguesias**, a rubrica regista um aumento de 113,33%. Foram transferidos € 10.000,00 para cada uma das freguesias rurais do



concelho e € 22.000,00 para a Junta de Freguesia de Alter. Para a Junta de Freguesia de Cunheira foi ainda transferida uma verba de € 12.000,00 de acordo com o protocolo celebrado para comparticipação das “Obras de alteração de armazém e construção de alpendre para estacionamento automóvel no Parque de Máquinas de Cunheira, conforme descrito na página 31.

As **transferências para instituições sem fins lucrativos** regista um valor quase idêntico ao de 2016, € 132.941,22, correspondendo a um aumento de 0,02%. Para os três lares das freguesias rurais do concelho foram transferidos € 22.500,00 conforme páginas 23. Para a Santa Casa da Misericórdia de Alter foram transferidos € 55.441,22 e € 10.000,00 para restauro de igrejas, já descrito na página 29.

Nas **outras transferências de capital** contabiliza-se as verbas pagas pela comparticipação do município nas candidaturas promovidas pela CIMAA e AREANATEjo, conforme quadros 10 e 11 constantes na página 21.

Os **ativos financeiros** no valor de € 45.473,00 respeitam ao valor que o Município tem que entregar ao Estado, por ano, durante sete anos, no âmbito do FAM. O capital social do FAM é representado por unidades de participação a subscrever e realizar pelo Estado e pelos Municípios, nos termos da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto (alterada pela Lei n.º 69/2015, de 16 de julho).

Na **amortização de empréstimos** o valor é inferior ao do ano anterior, € 141.716,48, uma vez que seis dos empréstimos da autarquia ficaram totalmente amortizados em 2016.

B  
1.º  
115



## 5.5 – Saldo para a gerência seguinte

Quadro 26 – Fluxos de caixa

Recebimentos		
Saldo da gerência anterior		784.176,60
Execução orçamental	611.360,65	
Operações de tesouraria	172.815,95	
<b>Total das receitas orçamentais</b>		<b>6.286.772,02</b>
Receitas correntes	5.227.163,13	
Receitas de capital	1.057.113,15	
Outras receitas	2.495,74	
Operações de tesouraria		515.599,57
<b>Total</b>		<b>7.586.548,19</b>

Pagamentos		
Total das despesa orçamentais		6.278.446,58
Despesas correntes	4.809.761,05	
Despesas de capital	1.468.685,53	
Operações de tesouraria		526.998,84
<b>Saldo para a gerência seguinte</b>		<b>781.102,77</b>
Execução orçamental	619.686,09	
Operações de tesouraria	161.416,68	
<b>Total</b>		<b>7.586.548,19</b>

O quadro anterior mostra-nos o valor que transitou de 2016 para 2017, € 784.176,60, separado por execução orçamental e operações de tesouraria, estas últimas correspondem a valores recebidos ou retidos para entregar a terceiros, nomeadamente, ao Estado.

Depois os valores recebidos no decorrer de 2017 constantes no mapa de controlo orçamental da receita.

Por outro lado, apresenta os pagamentos divididos em despesas correntes e de capital, conforme mapa de controlo orçamental da despesa, bem como as operações de tesouraria.

Por fim, é apresentado o saldo para a gerência seguinte, no valor de € 781.102,77, conforme consta na conta de disponibilidades do balanço.





## 5.6 – Indicadores de gestão

Os indicadores de gestão são uma forma de análise sintética, que devido ao facto da sua construção se basear em agregados patrimoniais diversificados, transmitem uma visão global da situação das finanças da entidade.

### Quadro 27 – Indicadores de gestão (Receita)

Indicadores de Gestão	2013		2014		2015		2016		2017	
1 <u>Receita Própria</u>	1.285.975,33		1.307.025,08		1.365.447,95		1.520.642,07		1.400.618,89	
Receita Total	5.864.242,17	21,9%	6.396.360,00	20,4%	6.313.050,03	21,6%	6.362.755,33	23,9%	6.898.132,67	20,3%
2 <u>Impostos Diretos</u>	428.307,64		451.714,36		358.792,42		338.171,08		364.385,98	
Receita Total	5.864.242,17	7,3%	6.396.360,00	7,1%	6.313.050,03	5,7%	6.362.755,33	5,3%	6.898.132,67	5,3%
3 <u>Vendas de Bens e Serviços</u>	502.446,83		510.974,39		649.664,79		670.889,03		707.757,37	
Receita Total	5.864.242,17	8,6%	6.396.360,00	8,0%	6.313.050,03	10,3%	6.362.755,33	10,5%	6.898.132,67	10,3%
4 <u>FEF</u>	3.846.386,00		3.731.358,00		4.008.490,00		4.056.377,00		4.182.206,00	
Receita Total	5.864.242,17	65,6%	6.396.360,00	58,3%	6.313.050,03	63,5%	6.362.755,33	63,8%	6.898.132,67	60,6%
5 <u>Fundos Comunitários</u>	232.976,12		344.316,73		499.926,11		222.400,49		570.078,47	
Receita Total	5.864.242,17	4,0%	6.396.360,00	5,4%	6.313.050,03	7,9%	6.362.755,33	3,5%	6.898.132,67	8,3%
6 <u>Pessoal</u>	2.620.395,50		2.645.501,77		2.556.935,11		2.523.457,31		2.544.615,37	
FEF Corrente	2.500.151,00	104,8%	3.358.222,00	78,8%	3.619.199,00	70,6%	3.662.492,00	68,9%	3.774.983,00	67,4%
7 <u>Aquisição de Bens e Serviços</u>	1.152.675,11		1.638.644,57		1.731.014,54		1.838.311,01		1.853.722,16	
FEF Corrente	2.500.151,00	46,1%	3.358.222,00	48,8%	3.619.199,00	47,8%	3.662.492,00	50,2%	3.774.983,00	49,1%
8 <u>Transferências para as Freguesias</u>	80.000,00		45.000,00		30.000,00		30.000,00		64.000,00	
FEF Corrente	2.500.151,00	3,2%	3.358.222,00	1,3%	3.619.199,00	0,8%	3.662.492,00	0,8%	3.774.983,00	1,7%
9 <u>Juros + Amortizações</u>	189.927,99		195.529,74		193.207,58		182.527,37		146.212,21	
FEF Corrente	2.500.151,00	7,6%	3.358.222,00	5,8%	3.619.199,00	5,3%	3.662.492,00	5,0%	3.774.983,00	3,9%
10 <u>Investimentos</u>	708.921,71		780.754,33		786.960,79		323.620,16		1.026.775,60	
FEF Capital	1.346.235,00	52,7%	373.136,00	209,2%	389.291,00	202,2%	393.885,00	82,2%	407.223,00	252,1%

Pela observação do quadro verificamos que o peso dos **impostos diretos** na receita total se manteve inalterado relativamente ao ano anterior, o que ficou a dever-se ao aumento da receita de todos os impostos diretos, tendo aumentado também a Receita Total.

A receita de **venda de bens e serviços** manteve quase inalterado o peso na receita total, o que pode ser explicado pelo aumento da rubrica derivado do aumento do valor da venda de água pela alteração dos tarifários de água, que trouxe, efetivamente, uma maior receita ao município e, em simultâneo, o aumento da receita total.

O valor recebido por parte dos **fundos comunitários** foi muito superior ao recebido em 2016 em € 347.677,98. Existindo também um aumento da receita total, como o peso da receita das candidaturas é consideravelmente superior ao do ano anterior apresenta-se um indicador superior.



As despesas com pessoal registam uma pequena redução do peso no FEF corrente, por um lado, porque as despesas com pessoal aumentaram em € 21.158,06 e, por outro lado, o FEF corrente aumentou em € 112.491,00. O valor do FEF corrente é mais do que suficiente para pagar as despesas com pessoal.

A despesa em aquisição de bens e serviços aumentou ligeiramente mas como o valor do FEF corrente também aumentou, mas em € 112.491,00, o rácio regista uma redução, ainda que muito ligeira.

Quadro 28 – Indicadores de gestão (Despesa)

Indicadores de Gestão	2013		2014		2015		2016		2017	
1 <b>Receita Total</b>	5.864.242,17		6.396.360,00		6.313.050,03		6.362.755,33		6.898.132,67	
Despesa Total	5.476.290,60	107,1%	6.219.273,00	102,8%	5.939.501,63	106,3%	5.751.394,68	110,6%	6.278.446,58	109,9%
2 <b>Pessoal</b>	2.620.395,50		2.645.501,77		2.556.935,11		2.523.457,31		2.544.615,37	
Despesa Total	5.476.290,60	47,8%	6.219.273,00	42,5%	5.939.501,63	43,0%	5.751.394,68	43,9%	6.278.446,58	40,5%
3 <b>Remunerações Certas e Permanentes</b>	2.019.089,82		1.964.001,35		1.937.101,34		1.899.882,57		1.918.554,15	
Despesa Total	5.476.290,60	36,9%	6.219.273,00	31,6%	5.939.501,63	32,6%	5.751.394,68	33,0%	6.278.446,58	30,6%
4 <b>Aquisição de Bens e Serviços</b>	1.152.675,11		1.638.644,57		1.731.014,54		1.838.311,01		1.853.722,16	
Despesa Total	5.476.290,60	21,0%	6.219.273,00	26,3%	5.939.501,63	29,1%	5.751.394,68	32,0%	6.278.446,58	29,5%
5 <b>Transferências para as Freguesias</b>	80.000,00		45.000,00		30.000,00		30.000,00		64.000,00	
Despesa Total	5.476.290,60	1,5%	6.219.273,00	0,7%	5.939.501,63	0,5%	5.751.394,68	0,5%	6.278.446,58	1,0%
6 <b>Investimento FEF Capital</b>	708.921,71		780.754,33		786.960,79		323.620,16		1.026.775,60	
FEF Capital	1.346.235,00	52,7%	373.136,00	209,2%	389.291,00	202,2%	393.885,00	82,2%	407.223,00	252,1%
7 <b>Fundos Comunitários Investimento</b>	232.976,12		344.316,73		499.926,11		222.400,49		570.078,47	
Investimento	708.921,71	32,9%	780.754,33	44,1%	786.960,79	63,5%	323.620,16	68,7%	1.026.775,60	55,5%
8 <b>Receta Própria Despesas de Funcionamento</b>	1.285.975,33		1.307.025,08		1.365.447,95		1.520.642,07		1.400.618,89	
Despesas de Funcionamento	1.207.904,75	106,5%	1.704.925,31	76,7%	1.831.208,47	74,6%	2.121.501,58	71,7%	1.945.458,38	72,0%

O indicador que nos mostra a cobertura das despesas totais pelas receitas totais regista uma redução muito ligeira de -0,7 % relativamente a 2016.

No que respeita ao peso das despesas com pessoal na despesa total observamos uma redução de -3,4% o que fica a dever-se ao facto da despesa total ter aumentado em € 527.051,90.

O peso das remunerações certas e permanentes na despesa total diminuiu 2,4%, embora o valor das remunerações certas e permanentes tenha aumentado € 18.671,58



*[Handwritten signatures and initials]*  
/ e -

relativamente a 2016, o aumento da despesa total foi muito superior, € 527.051,90, obtendo-se uma redução do indicador.

A **aquisição de bens e serviços**, tem vindo a aumentar nos últimos anos, volta a aumentar em 2017. Este registo está diretamente relacionado com o pagamento de faturas de fornecimento de água, saneamento e resíduos sólidos.

O **investimento** feito pelo Município registou um aumento bastante acentuado, disparando o indicador para os 252,1%, ou seja, os fundos recebidos através das transferências do Estado não são suficientes para englobar o valor do investimento. O investimento foi feito através doutras receitas próprias.

O valor dos **fundos comunitários** representa 55,5% do total do investimento. O valor de receita dos fundos aumentou consideravelmente, € 347.677,98. O investimento aumentou € 703.155,44.

No último indicador verifica-se que a **Receita Própria** do Município não é suficiente para cobrir as despesas de funcionamento embora estas últimas tenham reduzido o seu valor relativamente ao ano anterior, mas também as despesas de funcionamento registam uma redução. As despesas de funcionamento são as despesas que o Município tem de suportar com a sua estrutura fixa, não incluindo a despesa com pessoal.

*[Handwritten initials]*  
HCS  
*[Handwritten signature]*



## 6 – Investimento

## 6.1 – Estrutura do investimento

Quadro 29 – Distribuição do Investimento por rubrica

	Valor	%
Outras construções	439.974,54 €	42,85%
Viadutos, arruamentos e obras complementares	150.161,41 €	14,62%
Sistemas de drenagem de águas residuais	112.876,74 €	10,99%
Outros investimentos	74.520,46 €	7,26%
Outro equipamento básico	42.658,18 €	4,15%
Material de transporte	38.966,61 €	3,80%
Sinalização e trânsito	38.771,58 €	3,78%
Captação e distribuição de água	25.250,68 €	2,46%
Equipamento administrativo	22.682,99 €	2,21%
Escolas	17.014,47 €	1,66%
Habitação - Reparação e beneficiação	11.968,18 €	1,17%
Cemitérios	11.850,80 €	1,15%
Outros	11.425,53 €	1,11%
Terrenos	7.866,75 €	0,77%
Iluminação pública	6.911,37 €	0,67%
Equipamento informático	6.499,05 €	0,63%
Infraestruturas para distribuição energia elétrica	6.437,98 €	0,63%
Ferramentas e utensílios	938,28 €	0,09%
<b>Investimento Total</b>	<b>1.026.775,60 €</b>	<b>100%</b>

A rubrica de maior investimento é **Outras Construções** com € 439.974,54, correspondendo a 42,85% do investimento. Este valor respeita à verba gasta em aquisição de serviços para elaboração de projetos, como o da elaboração da Área de Reabilitação Urbana (ARU) do Aglomerado de Alter Pedroso, a Operação de Reabilitação Urbana (ORU) para o Aglomerado de Alter do Chão e Alter Pedroso, o Plano de Ação de Regeneração Urbana (PARU) e o Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas (PAICD), o projeto de Alteração do PDM e Plano de Urbanização do Aglomerado de Alter do Chão, o projeto de Turismo Acessível para o Centro da Vila de Alter do Chão, o do Projeto de Execução da Azinhaga do Moinho de Vento e Largo de Santa Catarina, as obras de Reconversão do Edifício da Antiga Escola de Alter Pedroso e Largo João Lopes Namorado e Largo das Escolas em Alter Pedroso e o Projeto para Requalificação do Percorso Urbano Histórico e Caminho de Santiago em Alter Pedroso e em Alter do Chão, o Plano de Pormenor de Cunheira, o projeto de Execução de Alteração



B  
1-2-2-1  
M. A. F. S.  
M. A. F. S.

do Cineteatro e o projeto de Execução da Requalificação do Acesso Norte e Acesso Sul do Aglomerado de Chança.

Aparece depois o projeto **Viadutos, arruamentos e obras complementares** com € 150.161,41 e um peso de 14,62% no investimento, onde se enquadra a despesa referente à empreitada de Requalificação da Antiga E.N. 369 na Entrada Sul de Alter Pedroso e Construção de Rotunda no Entroncamento para Cabeço de Vide, com um pagamento no montante de € 88.881,99 e à empreitada de Remoção, Replantação de Árvores e Reparação de Calçada no Bairro da Zona Sul/Poente de Alter do Chão.

MG  
V  
A

A rubrica seguinte com maior peso é **Sistemas de drenagem de águas residuais** com € 112.876,74 e um peso de 10,99%. Para este valor contribuiu na quase totalidade de valor a empreitada de Construção da ETAR compacta de Alter Pedroso (€ 94.259,93). Enquadra-se aqui também a empreitada de colocação de Coletor de Saneamento junto aos Quatro Fogos do Antigo lavadouro público de Alter do Chão (11.991,54).

De seguida, já com um peso inferior a 10% aparece a rubrica **Outros investimentos** com o valor de € 74.520,46. Enquadra-se aqui a aquisição do equipamento de cinema 3D no valor de € 68.769,30.

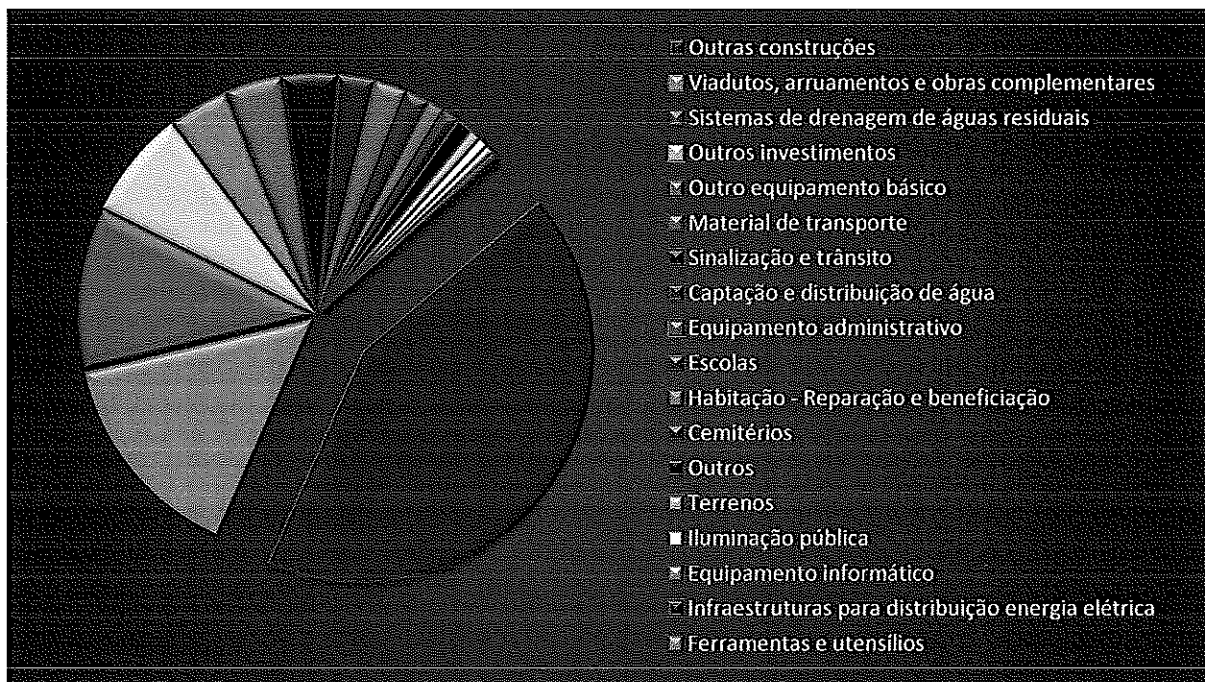
A rubrica de **investimento** que aparece a seguir nesta ordem decrescente de valor é **Outro equipamento básico** com um montante de € 42.658,18 e um peso de 4,15%. Foi adquirida uma máquina mini-pá Bobcat (€ 9.225,00), uma bomba de combustível (€ 3.121,43), diversas aquisições de material e reparações na rede de abastecimento de água, sendo que o valor mais elevado corresponde à aquisição de uma bomba para o furo do Lago na Zona Industrial. Foi efetuada a reabilitação da cobertura da ala dos quartos triplos do Pólo, no valor de € 6.936,34.

A seguir aparece **Material de Transporte**, € 38.966,61, com 3,80% do valor total do investimento. Todo o valor foi dispendido no projeto das GOP's "Aquisição e Grande Reparação de Material de Transporte" sendo que os valores mais elevados dizem respeito à Mercedes Vito 40-78-ZO, € 8.903,82, à Ford Transit 11-26-UO, 4.613,14 e um trator Viking € 5.990,00.

O gráfico seguinte permite uma visualização diferente do quadro 29 e do que atrás fica escrito.



Gráfico 17 – Investimento por rubrica



## 6.2 – Evolução do investimento

Quadro 30 – Investimento bruto e investimento líquido

Ano	Investimento Bruto	Investimento Líquido	Investimento Líquido/ Investimento Bruto
2009	1.290.442,06	424.295,80	32,88
2010	973.264,41	947.202,01	97,32
%	-24,58	123,24	---
2011	2.555.444,89	793.905,76	31,07
%	162,56	-16,18	---
2012	3.017.415,15	1.209.263,94	40,08
%	18,08	52,32	---
2013	708.921,71	475.945,59	67,14
%	-76,51	-60,64	---
2014	780.754,33	369.705,71	47,35
%	10,13	-22,32	---
2015	786.960,79	287.034,68	36,47
%	0,79	-22,36	---
2016	323.620,16	101.219,67	31,28
%	-58,88	-64,74	---
2017	1.026.775,60	454.333,30	44,25
%	217,28	348,86	---

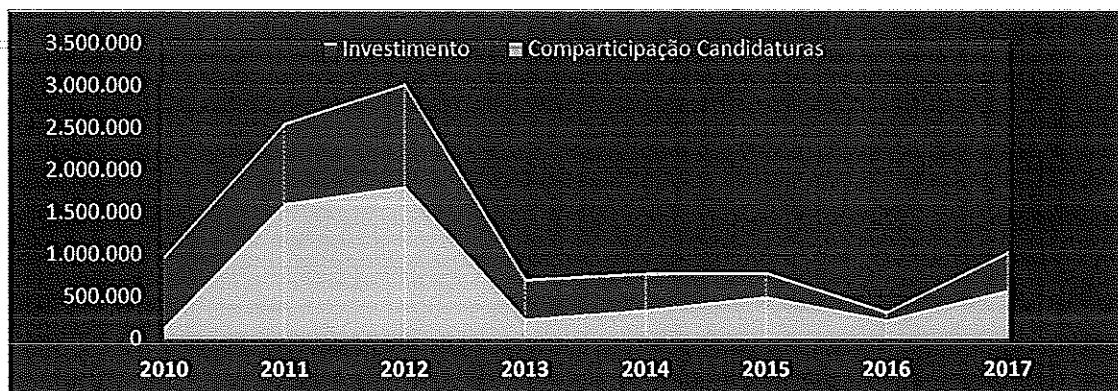
Nota: Investimento Líquido = Investimento bruto - Empréstimos - Fundos Comunitários ou nacionais.



B  
15/01/2018  
/e.  
H6  
P  
d

A partir do quadro anterior verificamos que o investimento regista grandes oscilações muito em função das verbas dos quadros comunitários. Assim, 2013 foi o último ano do QREN e o valor dos fundos comunitários foi apenas de € 232.900. 2014 foi o primeiro ano do Portugal 2020, mas as verbas recebidas, € 344.000 ainda diziam respeito ao QREN, pois não houve candidaturas ao novo quadro comunitário. Em 2015 continuou a ser um ano de preparação do quadro comunitário com muito pouco investimento e as verbas recebidas ainda eram referentes a candidaturas do quadro anterior. A situação repete-se em 2016, o quadro comunitário continua muito incipiente, tendo sido recebida a comparticipação de uma candidatura do Portugal 2020, “Festival Romano – III LVDI ABELTERIENSIS”, € 48.306,74. Em 2017, finalmente, começámos a ver andamento no Quadro Comunitário Portugal 2020. Foram sendo aprovadas candidaturas que vieram a gerar entrada de receita na autarquia no valor de € 570.078,47, o que permitiu o desenvolver de projetos e obras que estão agora representadas também no valor de investimento de € 1.026.775,60.

Gráfico 18 – Evolução do Investimento Bruto





**7 – Apoios comunitários**

O quadro abaixo mostra, relativamente às candidaturas efetuadas, os montantes recebidos durante o ano de 2017 e 2016 e a proveniência dessa mesma receita. O valor recebido foi € 570.078,48.

**Quadro 31 – Valores recebidos por candidatura**

Designação	FEDER/FEADER			
	Aprovado	Recebido até 2017	Recebido 2017	A Receber em 2018
Reconversão do Edifício Antiga Escola Alter Pedroso e Largo da Escola e João Lopes Namorado	290.423,78	0,00	271.359,84	19.063,94
Requalificação da Antiga EN369 e construção rotunda	270.704,84	0,00	77.960,04	192.744,80
Construção de paragens para transportes públicos	23.800,17	0,00	22.610,16	1.190,01
O Cavalo e a Arte em Alter	41.230,30	0,00	39.226,43	2.003,87
Cineteatro de Alter do Chão	180.296,12	0,00	47.523,50	132.772,62
Construção da ETAR Compacta em Alter Pedroso	92.916,44	0,00	75.585,79	17.330,65
Festival Romano - III LVDI Abelteriensis	88.542,39	48.306,74	35.812,72	4.422,93
<b>Total</b>	<b>987.914,04</b>	<b>48.306,74</b>	<b>570.078,48</b>	<b>369.528,82</b>

No âmbito do novo quadro comunitário Portugal 2020 (2014 - 2020) foram submetidas dezasseis candidaturas, representando um investimento total de € 2.397.644,88, ao qual corresponde um investimento elegível de € 2.176.807,70 e uma comparticipação de € 1.745.644,42, suportando o município o valor de € 652.000,46.

Para melhor visualizar o conjunto de ações/projetos já candidatados, embora já tenham sido mencionados no ponto 4. Execução das Grandes Opções do Plano, apresenta-se um conjunto de três quadros, onde, de forma separada, se enumeram as candidaturas efetuadas pelo município, as candidaturas efetuadas pela CIMAA e pela AREANATEjo, os valores envolvidos em termos de despesa e as respetivas comparticipações:





## Quadro 32 – Candidaturas Portugal 2020

Município	Designação	Código	Investimento Total	Investimento Elegível	FEDER/FEADER/FC		Valor Município	Observações   SdLP		
					Aprovado	Recebido				
ALENTEJO 2020	Alentejo 2020	Concurso para apresentação do plano de ação de regeneração urbana	ALT20-16-2015-14-006		627.500,00	586.712,50		o valor considerado no investimento elegível e FEDER aprovado, corresponde ao	submetida a 17/02/2016/Plano Aprovado	Majoração 10%
		Requalificação do Largo João Lopes Namorado, Largo das Escolas e Reconv. Do edif. da antiga escola em "Escola de Tradições e Sabores" - Alter	ALT20-08-2316-FEDER-000012	363.824,53	341.675,03	290.423,78	271.359,84	73.400,75	Candidatura submetida junho 2016/Aprovada (está incluído a elaboração de projeto: 9 700,00€)	Candidatura com a totalidade da despesa submetida
	PARU	Requalificação do Largo Moinho de Vento e Largo de Santa Catarina em Alter do Chão	ALT20-08-2316-FEDER-000042	144.640,18	134.905,22	114.669,44	0,00	29.970,74	Candidatura Aprovada (inclui projeto) Procedimento único com a candidatura 000014	1.º PP a submeter até 6-06-2018
		Requalificação do Jardim do Álamo em Alter do Chão	ALT20-08-2316-FEDER-000044	334.173,20	306.670,78	160.284,29	0,00	173.888,91	Candidatura aprovada com taxa de co-financiamento de 52,27%	1.º PP a submeter até 28-06-2018
		Requalificação da antiga EN 369 na entrada sul de Alter do Chão e construção de rotunda no entroncamento para Cabeço de Vide	ALT20-07-1406-FEDER-000002	336.972,11	318.476,28	270.704,84	77.960,04	66.267,27	Candidatura Aprovada (estão incluídos os terrenos: 10 212,46€)	Em execução
	PAMUS	Requalificação da Azinhalha do Moinho de Vento	ALT20-07-1406-FEDER-000014	85.225,79	79.557,39	67.623,78	0,00	17.602,01	Candidatura Aprovada (inclui projeto) Procedimento único com a Candidatura 000042	1.º PP a submeter até 24-05-2018
		Construção de Paragens para Transportes Públicos	ALT20-07-1406-FEDER-000010	29.680,21	28.000,20	23.800,17	22.610,16	5.880,04	Candidatura aprovada	Candidatura com a totalidade da despesa submetida
		Requalificação do Acesso Norte e Acesso Sul do Aglomerado de Chança	ALT20-07-1406-FEDER-000015	364.509,09	334.705,71	284.499,85	0,00	80.009,24	Candidatura aprovada	1.º PP a submeter até 9-08-2018
		Festival Romano - III LVDI ABELTERIENSIS	ALT20-08-2114-FEDER-000017	115.628,84	108.854,43	86.339,01	84.119,46	29.289,83	Candidatura Aprovada	Candidatura com a totalidade da despesa submetida
	PACTO CIMAA	O Cavalo e a arte em Alter	ALT20-08-2114-FEDER-000139	56.762,82	48.506,24	41.230,30	39.226,43	15.532,52	Candidatura Aprovada	Candidatura com a totalidade da despesa submetida
		Promoção Turística do Concelho de Alter do Chão	ALT20-08-2114-FEDER-000134	125.029,50	101.650,00	86.402,50	0,00	38.627,00	Candidatura Aprovada	Em execução
		Gneteatro de Alter do Chão - Modernização e Adequação ao Cinema Digital	ALT20-08-2114-FEDER-000108	260.899,09	212.113,08	180.296,12	47.523,50	80.602,97	Candidatura Aprovada	Em preparação Reprogramação Física e Temporal
PO SEUR	PI 62	Construção de ETAR Compacta em Alter Pedroso	POSEUR-03-2012-FC-000221	115.872,27	109.313,46	92.916,44	75.585,79	22.955,83	Candidatura Aprovada	Candidatura com a totalidade da despesa submetida
FEE	Aviso 21	Paços do Concelho - Substituição de Iluminação Pavilhão Gimnodesportivo - Substituição de Iluminação	FEE - Aviso 21	1.236,00	1.004,88	803,90	0,00	432,10	Candidatura Aprovada	Falta Contrato
			FEE - Aviso 21	7.226,25	5.875,00	4.700,00	0,00	2.526,25	Candidatura Aprovada	Falta Contrato
TP	Redes Wi-Fi	Implementação de uma Rede Wi-Fi no Centro Histórico/Espaço Público na Vila de Alter do Chão	Turismo Portugal - Linha de Apoio Disponibilização de Redes Wi-Fi	55.965,00	45.500,00	40.950,00	12.285,00	15.015,00	Candidatura Aprovada	Preparação de Procedimento
Valores Totais			2.497.844,88 €	2.176.807,70 €	1.745.644,42 €	630.670,22 €	652.000,46 €			



B  
HCB  
[Handwritten signature]

CIMAA	Designação	Código	Investimento Elétrico	Faturado	Valor Município	Observações   SDLP
POSEUR	PI 6.2	Cadastro das Infraestruturas existentes dos sistemas em baixa de AA e de SAR	1.036.600,00		7.209,40	Candidatura Aprovada   Em execução
	PI 5.2	Plano Municipal de Emergência	352.936,20		15.000,00	Candidatura submetida a 02-08-2016 (aprovada em dez 2016)   Lançamento de concurso público pela CIMAA
ALENTEJO 2020	Alentejo 2020	Plano de Ação de mobilidade Urbana do Alto Alentejo	ALT20- 68.880,01		504,68	Candidatura Aprovada   Plano de Ação   Executado
		Gestão, Dinamização, Coordenação e avaliação de Consórcio da EEC do Provêre	ALT20- 401.273,09		4.012,73	Candidatura Aprovada
Valores Totais			1.839.689,30 €	0,00 €	0,00 €	26.726,81 €

AREANATEJO	Designação	Código	Investimento Elétrico	Faturado	Valor Município	Observações   SDLP
Eficiência Energética	Plataforma Conhecer e Agir	Plataforma Conhecer e Agir	30.500,00		0,00	100% financiado   Executado
	POCTEP	Regul-IP - Sistemas com Regulação do Fluxo Luminoso na Iluminação Pública	6.923,08		1.592,31	Candidatura Aprovada   Executado
	MED	EduFootprint - Escolas com baixa pegada de carbono	124.110,00		5.361,65	Candidatura Aprovada   Executado
		STEPPING - Apoio ao Desenvolvimento e Implementação de Contratos de Performance de Energia	160.130,40		6.729,05	Candidatura Aprovada   Executado
Valores Totais			321.663,48 €	0,00 €	0,00 €	13.683,01 €

Total Geral			2.397.644,88 €	2.176.807,70 €	1.745.644,42 €	690.670,22 €	692.410,28 €
-------------	--	--	----------------	----------------	----------------	--------------	--------------



## 8 – Empréstimos

Quadro 33 – Empréstimos

Designação	Valor Utilizado	Dívida em 01/01/2017	Amortizações	Dívida em 31/12/2017	Juros	Total de Encargos	Anos Contra tuais	Anos Decorr idos	Anos que Faltam
Habitação Social (8 fogos)	160.892,25	65.680,61	7.711,44	57.969,17	34,97	7.746,41	25	19	6
Habitação Social (5 fogos)	59.471,68	22.331,58	2.593,66	19.737,92	0,00	2.593,66	27,6	19	8,6
Habitação Social (24 fogos)	434.582,90	195.108,27	20.130,16	174.978,11	894,28	21.024,44	25	16	9
4 Fogos (Antigo Lavadouro)	89.851,12	58.888,84	4.124,93	54.763,91	173,68	4.298,61	25	13	12
6 Fogos (Horta das Furnas)	120.063,67	78.341,07	5.527,01	72.814,06	146,42	5.673,43	25	13	12
Fundo de Solidariedade da União Europeia	113.924,75	34.672,75	9.906,50	24.766,25	0,00	9.906,50	15	13	2
Pólo da U. Évora; Remodelação do Marco Geodésico e Zona envolvente de Alter Pedroso; Jardim Público da Cunheira	586.489,00	268.807,48	48.874,08	219.933,40	208,15	49.082,23	15	11	4
Edifício da Câmara; Piscina Descoberta; Arruamentos em Chança e Arruamentos em Alter	600.000,00	300.377,28	42.848,70	257.528,58	142,57	42.991,27	15	7	8
<b>Total</b>	<b>2.165.275,37</b>	<b>1.024.207,88</b>	<b>141.716,48</b>	<b>882.491,40</b>	<b>1.600,07</b>	<b>143.316,55</b>			

No que respeita aos empréstimos, temos a apontar que não é contratado qualquer empréstimo, seja de curto ou de médio/longo prazo, nos últimos sete anos.

O valor dos encargos anuais com os empréstimos representa apenas 17% do capital em dívida, para o que contribui a contínua descida das taxas de juro e também o facto de seis dos catorze empréstimos terem terminado em 2016.



## 9 – Dívida

Os limites de endividamento/dívida total têm vindo a ser sucessivamente modificados. A última alteração foi trazida pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais).

O limite da dívida total para cada município, a partir de 2014, passou a ser apurado do seguinte modo:

A dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, da respetiva lei, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores, conforme estipulado no n.º1 do artigo 52.º da Lei acima mencionada.

A dívida total de operações orçamentais do município engloba os empréstimos, tal como definidos no n.º 1 do artigo 49.º, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.

Sempre que um município cumpra o limite previsto no n.º 1, só pode aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20 % da margem disponível no início de cada um dos exercícios.

Quadro 34 – Limite da dívida

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA				MÉDIA Últimos 3 anos	LIMITE (1,5) Lei das Finanças locais
2014	2015	2016	Total		
5.060.442,00 €	5.181.350,53 €	5.190.525,62 €	15.432.318,15 €	5.144.106,05 €	7.716.159,08 €

O limite da dívida total do Município de Alter do Chão é € 7.716.159,08, mais € 521.586,22 do que no ano de 2016.



## Quadro 35 – Dívida total da autarquia

Limite	Total da dívida a terceiros	Contribuição	Dívida total	Dívida total excluindo não orçamentais e FAM	Montante em excesso	Margem absoluta	Margem utilizável
(1)	(2)	(3)	(4)=(2)+(3)	(5)	(6)=(5)-(1), se (5)>(1)	(7)=(1)-(5), se (5)<(1)	(8)=(7)*20%
7.716.159,08 €	2.178.992,00 €	2.680,00 €	2.181.672,00 €	1.780.993,00 €	0,00 €	5.935.166,08 €	1.187.033,22 €
	1.793.551,00 €	230,00 €	1.793.781,00 €	1.449.239,00 €	0,00 €	6.266.920,08 €	1.253.384,02 €
	Variação da dívida			-18,63%			
			Margem utilizada				-331.754,00 €
			Margem disponível				1.518.787,22 €

A 31 de dezembro de 2017 o valor da dívida do Município era € 1.449.239,00, menos € 358.569,00 do que no ano anterior, o que ficou a dever-se, em grande parte, à redução da despesa por diminuição do investimento em 2016, também devido à falta de operacionalidade do quadro comunitário Portugal 2020. Esta situação originou uma poupança que veio a permitir a existência de disponibilidade financeira para o ano de 2017.



## 10 – Balanço

Quadro 36 – Balanço

Designação	2017		2016		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
<b>Ativo</b>						
Imobilizado	37.394.057,36	95,48	37.949.337,12	95,45	-555.279,76	-1,5%
Existências	67.909,45	0,17	73.119,34	0,18	-5.209,89	-7,1%
Dívidas de Terceiros	895.522,74	2,29	931.667,26	2,34	-36.144,52	-3,9%
Disponibilidades	781.102,77	1,99	784.176,60	1,97	-3.073,83	-0,4%
Acréscimos e Diferimento	24.794,27	0,06	19.822,35	0,05	4.971,92	25,1%
<b>Total do Ativo</b>	<b>39.163.386,59</b>	<b>100,00</b>	<b>39.758.122,67</b>	<b>100,00</b>	<b>-594.736,08</b>	<b>-1,5%</b>
<b>Fundos Próprios</b>						
Património	32.514.289,76	121,17	32.514.289,76	118,23	0,00	0,0%
Ajustamentos de partes de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%
Reservas	108.711,60	0,41	-584,54	0,00	109.296,14	18697,8%
Resultados transitados	-5.013.763,12	-18,68	-4.482.670,71	-16,30	-531.092,41	11,8%
Resultado Líquido do Exercício	-774.911,56	-2,89	-531.132,41	-1,93	-243.779,15	45,9%
<b>Total dos Fundos Próprios</b>	<b>26.834.326,68</b>	<b>100,00</b>	<b>27.499.902,10</b>	<b>100,00</b>	<b>-665.575,42</b>	<b>-2,4%</b>
<b>Passivo</b>						
Provisões para riscos e encargos	450.000,00	3,65	20.555,69	0,17	429.444,31	2089,2%
Dívidas médio/longo prazo	907.681,10	7,36	1.140.899,37	9,31	-233.218,27	-20,4%
Dívidas curto prazo	879.700,78	7,14	1.038.092,78	8,47	-158.392,00	-15,3%
Acréscimos e diferimentos	10.091.678,03	81,85	10.058.672,73	82,06	33.005,30	0,3%
<b>Total</b>	<b>12.329.059,91</b>	<b>100,00</b>	<b>12.258.220,57</b>	<b>100,00</b>	<b>70.839,34</b>	<b>0,6%</b>

Registamos uma redução do valor do imobilizado em 1,5%. Esta redução é justificada por via do valor das amortizações que é maior em 2017 relativamente ao ano anterior em € 1.432.670,54, pese embora o valor do imobilizado bruto tenha aumentado em € 877.390,78.

Ao nível das existências verifica-se uma redução de 7,1%, pela diminuição do valor das matérias-primas, subsidiárias e de consumo.

No que respeita às dívidas de terceiros, regista-se uma redução de 3,9%, nomeadamente ao nível da alienação de imobilizado, ou seja, no valor em dívida na venda de habitações em prestações.

As disponibilidades do município apresentam um valor praticamente idêntico ao do ano anterior.

No que respeita às reservas registamos um aumento significativo que é originado pelo aumento da rubrica de Subsídios. Regista-se o recebimento das participações FEDER que não têm como contrapartida obras.



Deve salientar-se que em provisões para riscos e encargos foram inscritos € 430.000,00 a mais relativamente a 2016, assegurando, desta forma, o risco relativo aos processos pendentes em tribunal e aos quais o município poderá vir a ser condenado.

A diminuição das dívidas a médio e longo prazo em 20,4% resulta da redução registada na Dívida a Instituições de Crédito e na dívida a Fornecedores de Imobilizado na componente de Leasing. Deve ainda ser apontado que se encontra enquadrado neste valor o montante de € 136.416,27 relativos ao FAM a pagar até 2021, dívida esta imposta pelo Estado.

Registamos uma redução de 15,3% nas "Dívidas a Curto Prazo", resultado da redução de dívida a fornecedores. O município está a efetuar pagamentos a menos de trinta dias.



## 11 – Demonstração de Resultados

Quadro 37 – Demonstração de Resultados

Designação	2017		2016		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
<b>Custos e Perdas</b>						
CMVMC	330.909,62	4,80	312.372,19	4,51	18.537,43	5,93
Fornecimentos e Serviços	1.486.937,51	21,58	1.307.301,03	18,88	179.636,48	13,74
Remunerações	1.986.109,08	28,83	1.982.494,80	28,64	3.614,28	0,18
Encargos Sociais	537.498,79	7,80	533.483,32	7,71	4.015,47	0,75
Transf.Sub.correntes conc.	309.221,31	4,49	304.724,69	4,40	4.496,62	1,48
Amortizações do exercício	1.438.959,54	20,89	1.534.177,89	22,16	-95.218,35	-6,21
Provisões do exercício	429.444,31	6,23	1.081,06	0,02	428.363,25	39624,37
Outros custos e perdas	60.937,19	0,88	47.575,47	0,69	13.361,72	28,09
<b>Custos e perdas operacionais (A)</b>	<b>6.580.017,35</b>	<b>95,51</b>	<b>6.023.210,45</b>	<b>87,01</b>	<b>556.806,90</b>	<b>9,24</b>
<b>Custos e perdas financeiros (C)</b>	<b>29.993,24</b>	<b>0,44</b>	<b>-127.638,22</b>	<b>-1,84</b>	<b>157.631,46</b>	<b>-123,50</b>
<b>Custos e perdas extraordinárias (E)</b>	<b>279.512,13</b>	<b>4,06</b>	<b>1.027.143,24</b>	<b>14,84</b>	<b>-747.631,11</b>	<b>-72,79</b>
<b>Total de Custos e Perdas</b>	<b>6.889.522,72</b>	<b>100,00</b>	<b>6.922.715,47</b>	<b>100,00</b>	<b>-33.192,75</b>	<b>-0,48</b>
<b>Proveitos Operacionais</b>						
Venda de mercadorias	4.808,05	0,08	4.989,96	0,08	-181,91	-3,65
Venda de produtos	240.416,10	3,93	158.017,53	2,47	82.398,57	52,15
Prestações de serviços	340.987,41	5,58	331.297,95	5,18	9.689,46	2,92
Impostos e taxas	396.426,33	6,48	360.737,75	5,64	35.688,58	9,89
Trabalhos própria entidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Proveitos suplementares	306.441,22	5,01	348.034,07	5,45	-41.592,85	-11,95
Transferências e subsídios	4.313.578,92	70,55	4.376.066,55	68,47	-62.487,63	-1,43
Outros Proveitos Operacionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Proveitos e ganhos operacionais (B)</b>	<b>5.602.658,03</b>	<b>91,63</b>	<b>5.579.143,81</b>	<b>87,29</b>	<b>23.514,22</b>	<b>0,42</b>
<b>Proveitos e ganhos financeiros (D)</b>	<b>257,55</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>257,55</b>	<b>100,00</b>
<b>Proveitos e ganhos extraordinários (F)</b>	<b>511.695,58</b>	<b>8,37</b>	<b>812.439,25</b>	<b>12,71</b>	<b>-300.743,67</b>	<b>-37,02</b>
<b>Total de Proveitos e Ganhos</b>	<b>6.114.611,16</b>	<b>100,00</b>	<b>6.391.583,06</b>	<b>100,00</b>	<b>-276.971,90</b>	<b>-4,33</b>
<b>Resultados</b>						
Resultados Operacionais (B)-(A)	-977.359,32	-15,98	-444.066,64	-6,95	-533.292,68	120,09
Resultados Financeiros (D)-(C)	-29.735,69	-0,49	127.638,22	2,00	-157.373,91	-123,30
Resultados Correntes (B+D)-(A+C)	-1.007.095,01	-16,47	-316.428,42	-4,95	-690.666,59	218,27
<b>Resultado Líquido do Exercício (B+D+F)-(A+C+E)</b>	<b>-774.911,56</b>	<b>-12,67</b>	<b>-531.132,41</b>	<b>-8,31</b>	<b>-243.779,15</b>	<b>45,90</b>

Os custos e perdas operacionais registam um aumento de € 556.806,90 que fica a dever-se, em grande parte, à contabilização das provisões para riscos e encargos assegurando, desta forma, o risco relativo aos processos pendentes em tribunal, os quais o município poderá vir a ser condenado.

Os custos e perdas do exercício foram de € 6.889.522,72, ou seja, menos € 33.192,75 relativamente ao ano anterior. Se, por um lado, os custos e perdas operacionais aumentaram grandemente, como já foi referido no parágrafo anterior, por outro lado, os custos e perdas extraordinários reduziram o seu valor, o que pode ser justificado pelo facto de, em 2016, se ter alienado a barragem do Zambujo e os respetivos registo do abate do bem serem refletidos em custos e perdas extraordinários nesse ano.





Analisando a estrutura dos custos do município verificamos que a rubrica com maior peso é a de remunerações com 28,83%, seguida pelos fornecimentos e serviços com 21,58%.

No que respeita aos Proveitos, à semelhança do que aconteceu em anos anteriores, a rubrica com maior expressão é a das Transferências e Subsídios Obtidos com 70,55%, e o valor mais expressivo incluído nesta componente corresponde às transferências do Estado, que representa € 4.182.206,00, ou seja, 97% do total das transferências.

A venda de produtos regista um aumento de 52,15% relativamente a 2016, o que ficou a dever-se ao facto de, ao contrário do que aconteceu em 2016, não ter sido efetuada a emissão das faturas de consumo de água de dezembro ainda naquele mês, havendo, por isso, lugar a acréscimo de proveitos.

As prestações de serviços apresentam um aumento de 2,92% em relação ao ano anterior, que tem a mesma justificação do parágrafo anterior.

Os Impostos e Taxas registaram um aumento de 9,89% que está diretamente relacionada com o aumento da receita de IMI, derrama e IUC, impostos indiretos e taxas, multas e outras penalidades.

Os proveitos e ganhos extraordinários registaram uma redução de 37,02%, o que fica a dever-se à receita de venda de imobilizado, recebimento de juros de mora, participações de fundos comunitários.

Em termos de estrutura de resultados da autarquia todos os resultados apresentam valores negativos. Os resultados operacionais, os resultados financeiros, os resultados correntes registam um agravamento relativamente a 2016. Por último, o resultado líquido, regista um agravamento de 45,90% quando comparado com 2016.



B  
13  
Handwritten signatures and initials  
/e.  
HO  
Handwritten initials  
Handwritten signature

## 12 – Contabilidade de custos

Dando cumprimento ao estipulado por lei, nomeadamente, no POCAL, Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro e na Lei que Estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais, Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, é efetuada a contabilidade de custos. Esta contabilidade é um instrumento de gestão fundamental para uma melhor aplicação dos recursos à disposição da autarquia.

Ano após ano têm sido melhorados os procedimentos contabilísticos necessários à efetivação de toda e qualquer despesa. A consolidação de uma contabilidade de custos, ou uma futura contabilidade analítica, levará a que lhe seja dada a mesma importância que já tem a contabilidade orçamental e a patrimonial. O funcionamento articulado das “três contabilidades”, para além de ser uma obrigação legal, deve ser encarado como um instrumento fundamental de apoio à gestão da autarquia possibilitando uma correta e atempada tomada de decisões.

A contabilização dos custos constitui um suporte à prestação de informação ao INE (Instituto Nacional de Estatística), à ANMP (Associação Nacional de Municípios Portugueses) e à ERSAR (Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos), entre outros.

Desta forma é apresentado, de seguida, um conjunto de mapas que evidenciam os custos afetos a diversas funções da autarquia.



## Quadro 38 – Custos por função

Objetivo/Programa	Função	2017
01	Funções Gerais	2.313.531,33
111	Administração Geral	2.212.735,53
121	Proteção Civil e Luta Contra Incêndios	100.795,80
02	Funções Sociais	2.534.504,39
211	Ensino Não Superior	153.084,93
212	Serviços Auxiliares de Ensino	84.354,99
221	Serviços Individuais de Saúde	3.056,03
232	Ação Social	265.678,04
241	Habitação	89.286,07
242	Ordenamento do Território	14.827,49
243	Saneamento	233.540,97
244	Abastecimento de Água	359.178,48
245	Resíduos Sólidos	206.556,06
246	Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Na	312.178,40
251	Cultura	471.000,69
252	Desporto, Recreio e Lazer	341.762,24
03	Funções Económicas	1.135.101,55
320	Indústria e Energia	161.463,42
331	Transportes Rodoviários	908.949,64
341	Mercados e Feiras	27.811,52
342	Turismo	26.399,85
350	Outras Funções Económicas	10.477,12
04	Outras Funções	284.439,09
420	Transferências Entre Administrações	203.840,25
430	Diversas Não Especificadas	80.598,84
Total		6.267.576,36

A função com custos mais elevados é a “Administração Geral” onde estão representados os custos com as unidades e subunidades orgânicas afetas à Câmara Municipal.

A seguir aparece a função “Transportes Rodoviários”, depois a “Cultura” e a seguir “Abastecimento de Água”. A função que apresenta o custo mais baixo é “Serviços Individuais de Saúde”, considerando que não tem trabalhadores afetos nem edifícios, apenas se incluem custos ao nível do Centro de Saúde de Alter do Chão e na extensão de saúde da Cunheira.

Destaca-se a seguir a composição de custos de algumas das funções.

O primeiro quadro (quadro 39) reflete a própria composição da Câmara. Apresenta-se os custos de funcionamento dos diversos setores/divisões, os quais englobam os



vencimentos dos trabalhadores, material de escritório, manutenção de equipamentos e amortização dos respetivos edifícios. Depois, numa segunda parte do quadro encontramos os custos das atividades afetas à Câmara como um todo e ainda obras por administração direta afetas também a esta função.

## Quadro 39 – Administração Geral

Função: 111 - Administração Geral	
Assembleia Municipal	28.157,07
Câmara Municipal	154.349,41
Gabinete de Apoio à Presidência	96.916,77
Gabinete Municipal de Protecção Civil	23.401,38
Gabinete de Fiscalização Sanitária e Saúde Pública	19.349,96
Comuns a todos os serviços	73.738,48
Comuns à U.O.F.F.P.H.	57.910,03
Setor de Tesouraria	20.397,40
Setor de Contabilidade	93.613,61
Setor de Património Municipal e Habitação	27.922,84
Setor de Aprovisionamento e Contratação Pública	55.784,31
Setor de Desenvolvimento Local e Planeamento	22.059,33
Comuns à U.O.F.A.G.E.C.D.	60.306,98
Setor Administrativo de Receita e Expediente	85.311,40
Setor Informático e Manutenção	40.498,78
Comuns ao Setor de Gestão de Recursos Humanos	95.703,14
Setor de Ação Social e Educação	77.809,27
Setor do Desporto	47.931,67
Setor Cultural, Turismo, Património Hist. Arqueologia	72.604,79
Setor de Comunicação e Relações Públicas	30.870,84
Comuns à U.O.F.O.U.S.U.	63.324,90
Comuns ao Setor Obras Municipais e Serv. Urbanos	247.033,66
Setor de Fiscalização	20.581,22
Setor de Recursos Hidricos e Florestais	62.456,99
Setor de Urbanismo e Edificação	114.971,25
Setor de Apoio Administrativo	33.998,29



Edição da Agenda Cultural	2.826,46	
Edição de Panfletos, mapas e mat. de divulgação	4.905,67	
Dia do Município	30.834,20	
Desfile de Carnaval	1.541,67	
Dia da Mulher	542,50	
Festas de Verão	55.757,51	
Festa de Natal	10.693,97	
Feira de Abril	86.413,45	
Dia da Criança	1.238,33	484.481,45
Publicações em Órgãos de Comunicação Social	6.736,99	
Edifício dos Paços do Concelho	15.695,56	
Casa do Álamo	90.112,73	
Oficinas do Jardim do Álamo	4.372,62	
Pólo Universitário	39.311,77	
Parque de Máquinas	87.307,43	
Edifício da Rua Almirante Azevedo Coutinho	21.429,71	
Formação dos funcionários	4.161,76	
Armazém	20.599,12	

#### Quadro 40 – Proteção Civil

Função: 121 - Proteção Civil e Luta Contra Incêndios	
Vigilância Móvel e 1.ª Intervenção	26.639,89
Proteção Civil-Outras ações/aquisições/fornecimentos	819,36
Proteção Civil-Conservação, Manutenção e Reposição	283,45
Ações de Silvicultura preventiva	20.535,79
Associação H. B.V. de Alter do Chão	52.517,31

No valor afeto à Associação Humanitária de Bombeiros engloba-se o custo da “Linha Azul” e o custo do trabalhador da Câmara afeto aos bombeiros.

#### Quadro 41 – Ensino

Função: 211 - Ensino Não Superior	
Atividades de Enriquecimento Curricular	14.064,32
Ensino Secundário	1.123,90
EPDRAC	11.205,89
Centro Escolar	123.684,47
Função: 212 - Serviços Auxiliares de Ensino	
Pré-escolar - Transportes Escolares	28.327,45
1.º Ciclo - Transportes Escolares	25.535,04
Pré-escolar - Fornecimento de Refeições Escolares	13.693,97
1.º Ciclo - Fornecimento de Refeições Escolares	9.858,05
Ensino Secundário - Transportes Escolares	1.370,69
2º e 3º Ciclos -Transportes Escolares	5.569,79



Quanto ao quadro 41, estão afetados os custos relativos aos vencimentos dos trabalhadores adstritos ao ensino pré-primário e 1.º ciclo do ensino básico, despesas em eletricidade e telefones, amortizações do edifício. São também aqui refletidos os custos com os transportes escolares e alimentação. Os serviços prestados pelos motoristas e viaturas da câmara englobam as horas dos mesmos. O custo hora das viaturas é calculado considerando o combustível, a manutenção, o seguro e as amortizações.

#### Quadro 42 – Ação Social

Função: 232 - Ação Social	
Cartão Municipal do Idoso	18.829,86
Atribuição de Bolsas de Estudo ao Ensino Superior	30.039,39
Associação Centro de Apoio à Terceira Idade St.º Estevão	23.792,33
Centro Comunitário Nossa Senhora Espinheiros	26.461,61
Centro Social da Cunheira	23.037,15
ADI-TC	54.953,37
Santa Casa da Misericórdia de Alter do Chão	59.398,34
Comissão de Proteção de Crianças e Jovens	24.997,30
Atribuição de Apoios Económicos ao 1º Ciclo	2.016,55

A verba transferida para a ADI-TC (Associação de Desenvolvimento Integrado Terras do Condestável) corresponde ao custo com dois programas desenvolvidos pela autarquia, Apoiar + e Alter +, uma vez que o programa Educar + está afeto ao ensino e ainda ao valor transferido a coberto do Protocolo de Colaboração para as áreas de educação e ambiente.

No que respeita à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens os custos são, na sua quase totalidade, o vencimento da técnica do município afeta à comissão.

#### Quadro 43 – Saneamento

Função: 243 - Saneamento	
Conservação/Reparação da rede de esgotos	36.317,88
Desobstrução de coletores de esgoto	10.306,78
Desobstrução de fossas e coletores a particulares	1.953,88
ETARes	12.654,34
Estações Elevatórias de Esgotos	2.380,90
Rede de Águas Pluviais	27.280,43
Águas do Vale do Tejo - Recolha e tratamento de Afluentes	141.656,76



O maior custo imputado a esta função é o valor do saneamento pago às Águas do Vale do Tejo, S.A., € 141.656,76. Na conservação e reparação da rede de esgotos os custos com maior impacto são os de mão-de-obra afeta ao serviço.

B  
415  
Handwritten signatures and initials

#### Quadro 44 – Abastecimento de água

Função: 244 - Abastecimento de Água	
Rede de Água	76.530,82
Rombos de Água	30.228,18
Leitura de água e distribuição de recibos	20.706,69
Furos para Abastecimento Público	15.369,03
Estações Elevatórias de Água	17.710,98
Colocação de Contador de Água	5.309,81
Depósitos de Água	7.901,37
Águas do Vale do Tejo - Fornecimento de Água	184.717,85

Tal com na função anterior, o maior custo imputado é o do consumo de água em alta a pagar às Águas do Vale do Tejo, S.A., € 184.717,85.

Os custos imputados à rede de água, aos rombos, à leitura são em grande parte relativos aos funcionários afetos ao serviço.

No que se refere aos furos para abastecimento público e estações elevatórias, o custo aí imputado é na sua maioria relativo a eletricidade.

#### Quadro 45 – Recolha de resíduos sólidos urbanos

Função: 245 - Resíduos Sólidos	
Recolha de Monos e Aparas de Jardim	1.832,50
Recolha de Lixo	202.652,58
Recolha Seletiva	1.406,06
Recolha de Resíduos de Construção e Demolição	664,92

Engloba-se aqui o custo relativo à recolha de lixo a pagar à Valnor, S.A. e o vencimento dos trabalhadores afetos a este serviço, bem como a amortização das viaturas de recolha de resíduos.

**Quadro 46 – Proteção do meio ambiente**

Função: 246 - Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza	
Varredura de Ruas	66.255,83
Lavagem de Contentores	3.167,40
Monda Química	11.442,92
Limpeza de Bermas e Valetas de estradas municipais	24.632,40
Cemitério Municipal	25.423,60
Conservação/Manutenção dos Espaços Verdes	159.450,26
Conservação/Manutenção do Sistema de Rega	4.695,98
Sanitários Públicos de Alter do Chão	3.157,48

Na varredura de ruas e limpeza de bermas a maior fatia dos custos respeita a vencimentos do pessoal tal como na conservação e manutenção de espaços verdes.

**Quadro 47 – Cultura**

Função: 251 - Cultura	
Entrega de Prémios, Condecorações e Ofertas	20.522,12
Atividades com alunos do agrupamento de escolas	9.795,98
Outros Espetáculos/Atividades Culturais	11.833,22
Festival Romano	58.855,47
Férias de Verão	3.871,23
Grupo Alterense Cultura - GAC	6.895,20
Festival da Juventude	41.341,56
Biblioteca Municipal	49.914,76
Cineteatro	84.235,80
Castelo de Alter	27.498,09
Posto de Turismo	26.757,53
Aquisição Produtos Regionais/Outros-Posto de Turismo	7.443,08
Quiosque no Largo Barreto Caldeira	1.319,46
Museu do Álamo	74.809,27
Associação Amigos da Revista e do Fado	6.038,57
Tertúlia Troféu - Associação Cultural	7.539,05
Associação Cão Serra d' Aires	2.016,75
Paróquia de Santo Estevão	6.535,75

Ao nível da função cultura são aqui imputados custos com pessoal, amortização de edifícios, eletricidade, comunicações, manutenção de equipamentos, bem como os custos das diversas atividades/eventos desenvolvidos nesta área.





B

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten initials]*

**Quadro 48 – Desporto**

Função: 252 - Desporto, Recreio e Lazer	
Meeting de Orientação	6.720,60
Jogos do Norte Alentejano	4.312,21
Concurso do Rafeiro do Alentejo	2.514,79
Associação Desportiva de Alter	22.689,86
Coral Polifónico de Alter	6.691,19
Banda Municipal Alterense	29.624,42
Grupo Forcados Amadores Alter do Chão	9.027,96
Rancho Folclórico de Alter do Chão "As Ceifeiras"	11.761,88
Piscina Municipal	66.515,26
Pavilhão Gimnodesportivo	34.839,04
Campo de Futebol Sintético	21.393,04
Tanques de Aprendizagem na Freguesia de Seda	11.307,72
Tanques de Aprendizagem na Freguesia de Chança	12.273,69
Tanques Aprendizagem na Freguesia de Cunheira	5.801,71
Coudelaria de Alter	21.580,09
Outras Atividades Desportivas	8.338,29
Alter Real BTT	4.332,99
Piscina Municipal Descoberta	29.789,81
Percurso Futuro	2.506,23
Parque Desportivo	11.992,92
Ciclovia	4.161,20
Universidade Sénior - USCAC	5.045,49
Grupo Recreativo Olímpico Cunheira	2.506,25
Alter Runners	2.506,21

Os subsídios às coletividades são refletidos nesta função bem como os custos com pessoal, viaturas e máquinas, amortização de equipamentos, manutenção dos campos desportivos e atividades desenvolvidas.

**Quadro 49 – Indústria e Energia**

Função: 320 - Indústria e Energia	
Rede Elétrica	9.859,41
AREANATEjo - Agência Regional de Energia	16.058,94
Iluminação Pública	135.545,07

**Quadro 50 – Transportes Rodoviários**

Função: 331 - Transportes Rodoviários	
Construção/Manutenção Estradas/Caminhos Municipais	21.290,12
Construção/Manutenção Arruamentos e Reabilitação Pavimentação	836.581,45
Caminhos Rurais	26.838,28
Sinalética urbana/turística direcional/posicional	16.573,55
Rotunda do Cavalo	1.738,49
Semáforos	4.447,80

O valor mais elevado afeto à construção e manutenção de arruamentos e pavimentação reflete o valor das amortizações das obras que têm sido efetuadas ao longo dos anos ao nível dos arruamentos.

**Quadro 51 – Transferências**

Função: 420 - Transferências Entre Administrações	
Junta de Freguesia de Alter do Chão	25.395,96
Junta de Freguesia de Seda	46.930,04
Junta de Freguesia de Chança	44.962,02
Junta de Freguesia de Cunheira	58.772,41
CIMAA	23.218,26
Associação Nacional Municípios Portugueses	4.258,16

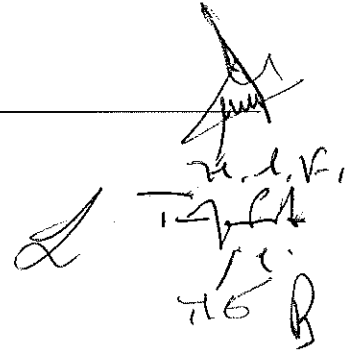
As transferências em valor para as Juntas de Freguesia compreendem as verbas alocadas aos acordos de colaboração celebrados. Há a crescer as transferências em valor que respeitam ao custo dos trabalhadores afetos às juntas e outros trabalhos desenvolvidos nas freguesias por trabalhadores e máquinas da Câmara Municipal.

**13 – Proposta para aplicação do resultado líquido do exercício**

O Resultado Líquido do Exercício foi negativo e atingiu o montante de (€ 774.911,56). Conforme estabelece o ponto 2.7.3.2 do POCAL, este valor será transferido para a conta 59 “Resultados Transitados”.

Não haverá lugar a constituição de reservas.

31 de março de 2018



### Declaração de responsabilidade

No âmbito do processo de prestação de contas da gerência/exercício de 2017 do Município de Alter do Chão declaramos, sob compromisso de honra, enquanto titulares de órgãos responsáveis pela elaboração, aprovação e remessa das contas individuais ao Tribunal de Contas, que adotámos, fizemos aprovar e executar de forma continuada os princípios, normas e procedimentos contabilísticos e de controlo interno a que estamos vinculados por imperativo legal ou contratual e que garantem e asseguram, segundo o nosso conhecimento, a veracidade e sinceridade das respetivas demonstrações financeiras e a integralidade das transações subjacentes, pelas quais assumimos a responsabilidade de que as mesmas, designadamente:

- a) Não contêm erros ou omissões materialmente relevantes quanto à execução orçamental e de contabilidade de compromissos, à gestão financeira e patrimonial e, bem assim, ao registo de todas as operações e transações que relevem para o cálculo do défice e da dívida pública, atendendo, nos termos aplicáveis, ao direito europeu da consolidação orçamental;
- b) Identificam completamente as partes em relação de dependência e registam os respetivos saldos e transações;
- c) Não omitem acordos quanto a instrumentos de financiamento direto ou indireto;
- d) Evidenciam com rigor e de forma adequada a dimensão, extensão e relevação contabilística dos passivos efetivos ou contingentes, designadamente os compromissos decorrentes de benefícios concedidos ao pessoal e aos membros dos órgãos sociais, bem como as responsabilidades decorrentes de litígios judiciais ou extrajudiciais;
- e) Incluem os saldos de todas as contas bancárias no IGCP e/ou noutras instituições financeiras;
- f) Foram publicitadas de acordo com as disposições legais e comunicadas às entidades competentes;

Assumimos ainda a responsabilidade de que, por aplicação dos princípios, normas e procedimentos acima referidos e segundo o nosso conhecimento, as transações subjacentes:

- g) Respeitam as normas da contração pública aplicáveis;



**ALTERDOCHÃO**

HISTÓRIA VIVA EM TERRA DE ARTE EQUESTRE

Município de Alter do Chão

www.cm-alter-chao.pt

UOFFPPH

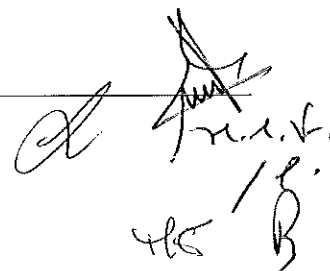
h) Asseguram o cumprimento pontual e tempestivo de todos os acordos e contratos com terceiros;

i) Respeitam as normas dos regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas e do código do trabalho e observaram as incompatibilidades e limitações previstas nesses diplomas, no código contributivo da segurança social e em estatutos específicos, designadamente de carreiras especiais.

Os responsáveis subscritores:

Os responsáveis que condicionam a subscrição, total ou parcialmente, nos termos e pelas razões constantes das declarações juntas:

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

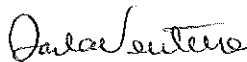


## DECLARAÇÃO

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 15º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação, **DECLARO** que todos os compromissos plurianuais existentes a 31 de dezembro do ano 2017 se encontram devidamente registados na base de dados da aplicação informática do Município de Alter do Chão.

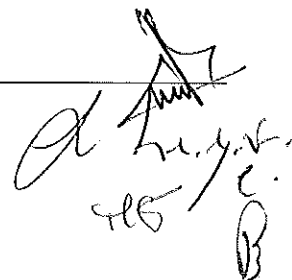
Paços do Município de Alter do Chão, 19 de janeiro de 2017

Unidade Orgânica Flexível de Finanças, Património, Planeamento e Habitação



Carla Alexandra Delicado Ventura

(Chefe de Divisão)

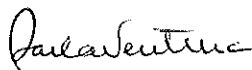


## DECLARAÇÃO

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 15º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação, **DECLARO** que o Município de Alter do Chão não tem pagamentos em atraso definidos nos termos do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, bem como recebimentos em atraso à data de 31 de dezembro de 2017.

Paços do Município de Alter do Chão, 09 de janeiro de 2018

Unidade Orgânica Flexível de Finanças, Património, Planeamento e Habitação



Carla Alexandra Delicado Ventura

(Chefe de Divisão)

Anexo: mapa de pagamentos em atraso a 31 de dezembro de 2017.